

12 SET. 2013

MICROFILMAGEM

1858938

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA PRIMEIRA EMISSÃO DE WRR PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.

Celebram este "Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Primeira Emissão de WRR Participações e Investimentos S.A." ("Escritura de Emissão"):

- I. como emissora e ofertante das debêntures objeto desta Escritura de Emissão ("Debêntures"):

WRR PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A., sociedade por ações sem registro de emissor de valores mobiliários perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Augusto Severo 8, 8º andar, sala 801, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ") sob o n.º 12.488.691/0001-01, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") sob o NIRE 33.300.294.759, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Companhia");

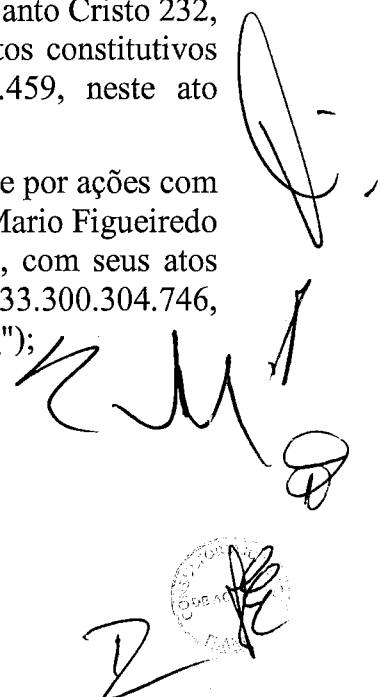
- II. como agente fiduciário, nomeado nesta Escritura de Emissão, representando a comunhão dos titulares das Debêntures ("Debenturistas"):

PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima 3900, 10º andar, inscrita no CNPJ sob o n.º 67.030.395/0001-46, neste ato representada nos termos de seu contrato social ("Agente Fiduciário"); e

- III. como fiadores e principais pagadores, solidariamente entre si e com a Companhia:

EASY CAR LOCAÇÃO DE VEÍCULOS S.A., sociedade por ações com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Santo Cristo 232, inscrita no CNPJ sob o n.º 05.040.121/0001-80, com seus atos constitutivos registrados perante a JUCERJA sob o NIRE 33.300.305.459, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Easy Car");

ELFE ÓLEO E GÁS OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de Macaé, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Mario Figueiredo Proença 85, inscrita no CNPJ sob o n.º 97.428.668/0001-76, com seus atos constitutivos registrados perante a JUCERJA sob o NIRE 33.300.304.746, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Elfe");

The bottom right of the document features several handwritten signatures in black ink. There are also circular official stamps, one of which is partially visible and contains the text "OFICIAL DE REG. DE TÍTULOS E DOCUMENTOS".

HOPE RECURSOS HUMANOS S.A., sociedade por ações com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Augusto Severo 8, 6º andar, sala 601, inscrita no CNPJ sob o n.º 31.880.164/0001-84, com seus atos constitutivos registrados perante a JUCERJA sob o NIRE 33.300.295.372, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Hope");

HOPEVIG VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA., sociedade limitada com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado de Rio do Janeiro, na Rua Souza Barros 656, inscrita no CNPJ sob o n.º 05.014.372/0001-90, com seus atos constitutivos registrados perante a JUCERJA sob o NIRE 33.206.911.197, neste ato representada nos termos de seu contrato social ("Hopevig");

TMS – TRADE MARKETING SOLUTIONS LTDA., sociedade limitada com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida São Gabriel 477, sala 132, inscrita no CNPJ sob o n.º 13.425.120/0001-82, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35.225.294.426, neste ato representada nos termos de seu contrato social ("TMS", e, em conjunto com a Easy Car, a Elfe, a Hope e a Hopevig, "Garantidores Pessoas Jurídicas");

RAÚL ANDRÉS ORTÚZAR RAMÍREZ, brasileiro, divorciado, advogado, portador da cédula de identidade n.º 12.855.416-2, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas ("CPF") sob o n.º 261.833.298-94, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com escritório na Avenida Augusto Severo 8, 6º andar ("Raúl");

ROGÉRIO PENHA DA SILVA, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da cédula de identidade n.º 15.549.848, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, inscrito no CPF sob o n.º 092.500.178-39, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com escritório na Avenida Augusto Severo 8, 6º andar ("Rogério"), neste ato com a expressa anuência de seu cônjuge, LIGIA CANTISANI DE OLIVEIRA LIMA E SILVA, brasileira, casada em regime de comunhão parcial de bens, empresária, portadora da cédula de identidade n.º 10.500.364-5, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, inscrita no CPF sob o n.º 103.204.068-81, residente e domiciliada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com escritório na Avenida Augusto Severo 8, 6º andar ("Ligia"); e

WILSON DA COSTA RITTO FILHO, brasileiro, casado em regime de separação absoluta de bens, empresário, portador da cédula de identidade n.º 08.650.965-0, expedida pelo Instituto Felix Pacheco do Rio de Janeiro, inscrito no CPF sob o n.º 073.160.437-76, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com escritório na Avenida

12 SET. 2013

DR. JOSÉ A. MICHALUAT - OFICIAL
R. XV de Novembro, 184 - 6º And.-F.:3377-7677

Augusto Severo 8, 6º andar ("Wilson", e, em conjunto com Raúl e Rogério, "Garantidores Pessoas Físicas", e os Garantidores Pessoas Jurídicas e os Garantidores Pessoas Físicas, em conjunto, "Garantidores");

que resolvem celebrar esta Escritura de Emissão, de acordo com os seguintes termos e condições:

1. AUTORIZAÇÃO

1.1 A (i) emissão das Debêntures, nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") ("Emissão"); (ii) oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação das Debêntures, nos termos da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Oferta"); e (iii) outorga das Garantias (conforme definido na Cláusula 6.12 abaixo), serão realizadas com base nas deliberações:

- I. da reunião de diretoria da Companhia realizada em 30 de agosto de 2013 ("RD da Companhia");
- II. da assembleia geral extraordinária de acionistas da Companhia realizada em 30 de agosto de 2013 ("AGE da Companhia");
- III. da assembleia geral extraordinária de acionistas da Easy Car realizada em 30 de agosto de 2013 ("AGE da Easy Car"), no caso das Garantias;
- IV. da assembleia geral extraordinária de acionistas da Elfe realizada em 30 de agosto de 2013 ("AGE da Elfe"), no caso das Garantias;
- V. da assembleia geral extraordinária de acionistas da Hope realizada em 30 de agosto de 2013 ("AGE da Hope"), no caso das Garantias;
- VI. da reunião de sócios da Hopevig realizada em 30 de agosto de 2013 ("Reunião de Sócios da Hopevig"), no caso das Garantias; e
- VII. da reunião de sócios da TMS realizada em 30 de agosto de 2013 ("Reunião de Sócios da TMS"), no caso das Garantias; e
- VIII. da reunião de sócios de JRR Participações e Investimentos Ltda., realizada em 30 de agosto de 2013 ("Reunião de Sócios da JRR"), na qualidade de Controladora (conforme definido na Cláusula 6.28.1 abaixo, inciso IV) da Companhia e dos Garantidores Pessoas Jurídicas, nos termos de seu acordo de



quotistas celebrado em 1º de novembro de 2012, conforme arquivado em sua sede social.

2. REQUISITOS

2.1 A Emissão, a Oferta e a outorga das Garantias serão realizadas com observância aos seguintes requisitos:

I. *arquivamento e publicação das atas dos atos societários.* Nos termos dos artigos 62, inciso I, e 289 da Lei das Sociedades por Ações:

- (a) a ata da RD da Companhia será arquivada na JUCERJA e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro ("DOERJ") e no jornal "Diário Comercial";
- (b) a ata da AGE da Companhia será arquivada na JUCERJA e publicada no DOERJ e no jornal "Diário Comercial";
- (c) a ata da AGE da Easy Car será arquivada na JUCERJA e publicada no DOERJ e no jornal "Diário Comercial";
- (d) a ata da AGE da Elfe será arquivada na JUCERJA e publicada no DOERJ e no jornal "Diário Comercial";
- (e) a ata da AGE da Hope será arquivada na JUCERJA e publicada no DOERJ e no jornal "Diário Comercial";
- (f) a ata da Reunião de Sócios da Hopevig será arquivada na JUCERJA; e
- (g) a ata da Reunião de Sócios da TMS será arquivada na JUCESP; e
- (h) a ata da Reunião de Sócios da JRR será arquivada na JUCERJA;

II. *inscrição e registro desta Escritura de Emissão.* Nos termos do artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e dos artigos 129 e 130 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada, esta Escritura de Emissão e seus aditamentos serão:

- (a) inscritos na JUCERJA; e
- (b) registrados nos cartórios de registro de títulos e documentos da Comarca da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, da Comarca da Cidade de Macaé, Estado do Rio de Janeiro, e da Comarca da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo;

- III. *constituição da Cessão Fiduciária.* Observado o disposto na Cláusula 6.12 abaixo, a Cessão Fiduciária (conforme definido na Cláusula 6.12 abaixo) foi formalizada por meio do "Instrumento Particular de Constituição de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia", celebrado em 5 de setembro de 2013, entre a Hope e a Elfe, como outorgantes (em conjunto, "Outorgantes"), o Agente Fiduciário, Itaú Unibanco S.A. ("Banco Centralizador") e a Companhia (tal contrato e seus eventuais aditamentos, "Contrato de Cessão Fiduciária"), e será constituída mediante o registro do Contrato de Cessão Fiduciária nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos;
- IV. *registro para distribuição.* As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição das Debêntures liquidada financeiramente por meio da CETIP;
- V. *registro para negociação e custódia eletrônica.* Observado o disposto na Cláusula 5.4 abaixo, as Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do Módulo CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações das Debêntures liquidadas financeiramente por meio da CETIP e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP;
- VI. *registro pela CVM.* A Oferta está automaticamente dispensada de registro pela CVM, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476, por se tratar de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação; e
- VII. *registro pela ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA").* A Oferta está automaticamente dispensada de registro pela ANBIMA, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários".

3. OBJETO SOCIAL DA COMPANHIA

- 3.1 A Companhia tem por objeto social a participação no capital de outras sociedades, em consórcios, *joint-ventures* e associações, e quaisquer outras atividades necessárias à consecução do objeto ora mencionado, respeitadas as normas e os regulamentos que lhe forem aplicáveis.

4. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

- 4.1 Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão serão integralmente utilizados (i) para o alongamento do endividamento da Companhia e das Controladas da Companhia (conforme definido na Cláusula 6.28.1 abaixo, inciso IV), no valor de, no mínimo, R\$90.000.000,00 (noventa milhões de reais); (ii) para reforço de capital de giro da Companhia e das Controladas da Companhia; e (iii) o saldo, se houver, para capital de giro da Companhia e das Controladas da Companhia.
- 4.2 Para fins do disposto na Cláusula 4.1 acima, item (i), o alongamento do endividamento da Companhia compreenderá a quitação integral das dívidas indicadas no Anexo I a esta Escritura de Emissão.

5. CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

- 5.1 *Colocação.* As Debêntures serão objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, sob (i) o regime de garantia firme de colocação, com relação a 10.800 (dez mil e oitocentas) Debêntures; e (ii) o regime de melhores esforços de colocação, com relação a 1.250 (um mil duzentas e cinquenta) Debêntures, nos termos do "Contrato de Coordenação e Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Primeira Emissão de WRR Participações e Investimentos S.A." ("Contrato de Distribuição"), com a intermediação de Banco Itaú BBA S.A. ("Coordenador Líder"), BB – Banco de Investimento S.A. ("BB-BI"), HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("HSBC") e Banco Caixa Geral – Brasil S.A. ("Caixa Geral", e, em conjunto com o Coordenador Líder, o BB-BI e o HSBC, "Coordenadores"), instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, tendo como público alvo investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 476 ("Investidores Qualificados").
- 5.2 *Prazo de Subscrição.* Respeitado o atendimento dos requisitos a que se refere a Cláusula 2 acima, as Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo, a partir da data de início de distribuição da Oferta, observado o disposto no artigo 8º, parágrafo 2º, da Instrução CVM 476.
- 5.3 *Forma de Subscrição e de Integralização e Preço de Integralização.* As Debêntures serão subscritas e integralizadas por meio do MDA, por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, à vista, no ato da subscrição ("Data de Integralização"), e em moeda corrente nacional, pelo Valor Nominal (conforme definido na Cláusula 6.4 abaixo), acrescido da

Remuneração (conforme definido na Cláusula 6.16 abaixo, inciso II), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão (conforme definido na Cláusula 6.13 abaixo) até a respectiva Data de Integralização.

- 5.4 *Negociação.* As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do CETIP21. As Debêntures somente poderão ser negociadas por meio do CETIP 21 depois de decorridos 90 (noventa) dias contados da data da respectiva subscrição ou aquisição, nos termos dos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e do cumprimento, pela Companhia, das obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476. As Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados, exceto se a Companhia obtiver o registro de que trata o artigo 21 da Lei do Mercado de Valores Mobiliários.

6. CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO E DAS DEBÊNTURES

- 6.1 *Número da Emissão.* As Debêntures representam a primeira emissão de debêntures da Companhia.
- 6.2 *Valor Total da Emissão.* O valor total da Emissão será de até R\$120.500.000,00 (cento e vinte milhões e quinhentos mil reais), na Data de Emissão, observado o valor mínimo de R\$108.000.000,00 (cento e oito milhões de reais).
- 6.3 *Quantidade.* Serão emitidas até 12.050 (doze mil e cinquenta) Debêntures, observado o mínimo de 10.800 (dez mil e oitocentas) Debêntures, sendo que eventual saldo de Debêntures não colocado no âmbito da Oferta será cancelado pela Companhia por meio de aditamento a esta Escritura de Emissão, sem a necessidade de realização de assembleia geral de Debenturistas.
- 6.4 *Valor Nominal.* As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal"), observado o disposto no artigo 4º, inciso II, da Instrução CVM 476.
- 6.5 *Séries.* A Emissão será realizada em série única.
- 6.6 *Forma e Comprovação de Titularidade.* As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Escriturador (conforme definido na Cláusula 6.7 abaixo), e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP, será expedido por esta extrato em nome do Debenturista, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures.

12 SET. 2013

DR. JOSÉ A. MICHALUAT - OFICIAL
R. XV de Novembro, 184 - 6º And.-F.3377-7677

- 6.7 *Escriturador Mandatário.* A instituição prestadora de serviços de escrituração das Debêntures é a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima 3400, 10º andar, inscrita no CNPJ sob o n.º 61.194.353/0001-64 ("Escriturador").
- 6.8 *Banco Liquidante.* A instituição prestadora de serviços de banco liquidante das Debêntures é o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha 100, Torre Olavo Setubal, inscrita no CNPJ sob o n.º 60.701.190/0001-04 ("Banco Liquidante").
- 6.9 *Conversibilidade.* As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Companhia.
- 6.10 *Espécie.* As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações. Após a constituição da Cessão Fiduciária, nos termos da Cláusula 6.12 abaixo, as Debêntures serão convoladas para a espécie com garantia real, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações. Adicionalmente, as Debêntures serão garantidas pela Fiança (conforme definido na Cláusula 6.11 abaixo), nos termos da Cláusula 6.11 abaixo.
- 6.10.1 A Companhia e os Garantidores, desde já, e os Debenturistas, no momento da subscrição ou aquisição, conforme o caso, das Debêntures, se manifestam cientes e concordam que, na data em que o Agente Fiduciário confirmar que a Cessão Fiduciária está constituída, observado o disposto na Cláusula 6.28.1 abaixo, inciso I, de forma automática e independentemente de qualquer formalidade adicional, sem prejuízo do disposto na Cláusula 6.10.2 abaixo, as Debêntures passarão a ser da espécie com garantia real, nos termos do artigo 58 das Sociedades por Ações. Ocorrendo o disposto nesta Cláusula, o Agente Fiduciário deverá enviar comunicação sobre tal confirmação (i) na mesma data da confirmação, ao Escriturador, ao Banco Liquidante e à CETIP; e (ii) no Dia Útil (conforme definido na Cláusula 6.24 abaixo) subsequente à data da confirmação, aos Debenturistas, nos termos da Cláusula 6.29 abaixo.
- 6.10.2 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 6.10.1 acima, a Companhia, os Garantidores e o Agente Fiduciário obrigam-se a, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data em que o Agente Fiduciário realizar a confirmação a que se refere a Cláusula 6.10.1 acima, celebrar aditamento a esta Escritura de Emissão e, caso necessário, ao Contrato de Cessão Fiduciária, sem necessidade de realização de assembleia geral de Debenturistas, exclusivamente para alterar a espécie das Debêntures para com garantia real.

- 6.11 *Garantia Fidejussória.* Os Garantidores, neste ato, se obrigam, solidariamente entre si e com a Companhia, em caráter irrevogável e irretratável, perante os Debenturistas, como fiadores, principais pagadores e solidariamente (entre si e com a Companhia) responsáveis por todas as obrigações da Companhia e dos Garantidores, nos termos das Debêntures, desta Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária, renunciando expressamente aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 364, 366, 368, 821, 827, 829, parágrafo único, 830, 834, 835, 837, 838 e 839 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), e dos artigos 77 e 595 da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil"), pelo pagamento integral de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, incluindo Valor Nominal, Remuneração e Encargos Moratórios (conforme definido na Cláusula 6.25 abaixo), devidos pela Companhia e pelos Garantidores nos termos das Debêntures, desta Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária, bem como todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário e/ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures, desta Escritura de Emissão e/ou do Contrato de Cessão Fiduciária ("Obrigações Garantidas") ("Fiança").
- 6.11.1 Nenhuma objeção ou oposição da Companhia poderá, ainda, ser admitida ou invocada por qualquer dos Garantidores com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas ou de obstar sua execução.
- 6.11.2 Cabe ao Agente Fiduciário requerer a execução, judicial ou extrajudicial, da Fiança, conforme função que lhe é atribuída nesta Escritura de Emissão, uma vez verificada qualquer hipótese de insuficiência de pagamento de quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Companhia nos termos das Debêntures, desta Escritura de Emissão e/ou do Contrato de Cessão Fiduciária. Fica desde já certo e ajustado que a eventual inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução da Fiança em favor dos Debenturistas não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui previsto, renúncia ou novação, podendo a Fiança ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário quantas vezes forem necessárias até a integral e efetiva quitação de todas as Obrigações Garantidas, sendo certo que a não execução da Fiança por parte do Agente Fiduciário não ensejará, em qualquer hipótese, perda do direito de execução da Fiança pelos Debenturistas.
- 6.11.3 A Fiança entrará em vigor na data de celebração desta Escritura de Emissão e permanecerá válida até o pagamento integral das Obrigações Garantidas.

- 6.11.4 Cada um dos Garantidores, desde já, concorda e se obriga a, (i) somente após a integral quitação de todas as Obrigações Garantidas, exigir e/ou demandar a Companhia e/ou qualquer dos demais Garantidores, em decorrência de qualquer valor que tiver honrado nos termos das Debêntures, desta Escritura de Emissão e/ou do Contrato de Cessão Fiduciária; e (ii) caso receba qualquer valor da Companhia e/ou de qualquer dos demais Garantidores em decorrência de qualquer valor que tiver honrado nos termos das Debêntures, desta Escritura de Emissão e/ou do Contrato de Cessão Fiduciária antes da integral quitação de todas as Obrigações Garantidas, repassar, no prazo de 1 (um) Dia Útil contado da data de seu recebimento, tal valor ao Agente Fiduciário, para pagamento aos Debenturistas.
- 6.11.5 Em virtude da Fiança prestada pelos Garantidores, a presente Escritura de Emissão deverá ser levada a registro nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos, nos termos da Cláusula 2.1 acima, inciso II, alínea (b).
- 6.11.6 Para os fins do disposto no artigo 1.647 do Código Civil, Ligia, na qualidade de cônjuge de Rogério, com quem é casada pelo regime de comunhão parcial de bens, neste ato declara ter lido e concordar, em sua integralidade, com o disposto nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Cessão Fiduciária e com a concessão, pelos Garantidores, de garantia pessoal nos termos previstos nesta Escritura de Emissão.
- 6.12 *Cessão Fiduciária.* Em garantia do integral e pontual cumprimento das Obrigações Garantidas, deverá ser constituída, no prazo de até 15 (quinze) Dias Úteis contados da 1ª (primeira) Data de Integralização, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, a cessão fiduciária ("Cessão Fiduciária", e, em conjunto com a Fiança, "Garantias"):
- I. da totalidade dos direitos creditórios de titularidade das Outorgantes, presentes e futuros, contra determinados clientes, decorrentes dos contratos (e seus respectivos aditamentos) identificados no Contrato de Cessão Fiduciária, incluindo todos os direitos e acréscimos relacionados, seja a que título for, inclusive a título de multa, juros e demais encargos, bem como os respectivos documentos representativos, conforme descritos no Contrato de Cessão Fiduciária ("Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente");
 - II. da totalidade (a) dos direitos creditórios de titularidade das Outorgantes contra o Banco Centralizador em decorrência dos recursos recebidos e que vierem a ser recebidos por conta das Outorgantes em pagamento dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, dos Direitos Creditórios Não Cedidos Fiduciariamente (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária) e de quaisquer outros valores, mantidos em depósito nas contas vinculadas de titularidade das Outorgantes indicadas no

Contrato de Cessão Fiduciária ("Contas Vinculadas"), independentemente de onde se encontrarem, inclusive enquanto em trânsito ou em processo de compensação bancária; e (b) dos direitos, presentes e futuros, decorrentes das Contas Vinculadas, bem como os respectivos documentos representativos (as alíneas (a) e (b), em conjunto, "Créditos Bancários Cedidos Fiduciariamente"); e

III. a totalidade dos créditos de titularidade das Outorgantes contra o Banco Centralizador decorrentes de Investimentos Permitidos (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária), que sejam realizados nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária, sendo tais Investimentos Permitidos vinculados às respectivas Contas Vinculadas ("Investimentos Permitidos Cedidos Fiduciariamente", e, em conjunto com os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente e os Créditos Bancários Cedidos Fiduciariamente, "Créditos Cedidos Fiduciariamente").

6.12.1 As disposições relativas à Cessão Fiduciária, ao Valor Mínimo dos Direitos Creditórios (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária), ao Valor Mínimo dos Créditos Bancários (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária) e às Contas Vinculadas estarão descritas no Contrato de Cessão Fiduciária, o qual é parte integrante, complementar e inseparável desta Escritura de Emissão.

6.13 *Data de Emissão.* Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 2 de setembro de 2013 ("Data de Emissão").

6.14 *Prazo e Data de Vencimento.* Ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, o prazo das Debêntures será de 5 (cinco) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 2 de setembro de 2018 ("Data de Vencimento").

6.15 *Pagamento do Valor Nominal.* Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures, de amortização antecipada das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, o Valor Nominal de cada uma das Debêntures será amortizado em 49 (quarenta e nove) parcelas mensais e sucessivas, na seguinte ordem:

Data de Amortização	Percentual do Valor Nominal de cada uma das Debêntures a ser Amortizado Mensalmente
2 de setembro de 2014	2,0408%
2 de outubro de 2014	2,0408%
2 de novembro de 2014	2,0408%

12 SET. 2013

DR. JOSÉ A. MICHALUAT - OFICIAL
R. XV de Novembro, 184 - 6º And.-F.:3377-7677

Data de Amortização	Percentual do Valor Nominal de cada uma das Debêntures a ser Amortizado Mensalmente
2 de dezembro de 2014	2,0408%
2 de janeiro de 2015	2,0408%
2 de fevereiro de 2015	2,0408%
2 de março de 2015	2,0408%
2 de abril de 2015	2,0408%
2 de maio de 2015	2,0408%
2 de junho de 2015	2,0408%
2 de julho de 2015	2,0408%
2 de agosto de 2015	2,0408%
2 de setembro de 2015	2,0408%
2 de outubro de 2015	2,0408%
2 de novembro de 2015	2,0408%
2 de dezembro de 2015	2,0408%
2 de janeiro de 2016	2,0408%
2 de fevereiro de 2016	2,0408%
2 de março de 2016	2,0408%
2 de abril de 2016	2,0408%
2 de maio de 2016	2,0408%
2 de junho de 2016	2,0408%
2 de julho de 2016	2,0408%
2 de agosto de 2016	2,0408%
2 de setembro de 2016	2,0408%
2 de outubro de 2016	2,0408%
2 de novembro de 2016	2,0408%
2 de dezembro de 2016	2,0408%
2 de janeiro de 2017	2,0408%
2 de fevereiro de 2017	2,0408%
2 de março de 2017	2,0408%
2 de abril de 2017	2,0408%
2 de maio de 2017	2,0408%
2 de junho de 2017	2,0408%
2 de julho de 2017	2,0408%
2 de agosto de 2017	2,0408%
2 de setembro de 2017	2,0408%
2 de outubro de 2017	2,0408%
2 de novembro de 2017	2,0408%
2 de dezembro de 2017	2,0408%
2 de janeiro de 2018	2,0408%
2 de fevereiro de 2018	2,0408%
2 de março de 2018	2,0408%
2 de abril de 2018	2,0408%
2 de maio de 2018	2,0408%
2 de junho de 2018	2,0408%
2 de julho de 2018	2,0408%
2 de agosto de 2018	2,0408%
2 de setembro de 2018	Saldo Devedor

M-
F.

1

2

6.16 *Remuneração.* A remuneração de cada uma das Debêntures será a seguinte:

- I. *atualização monetária:* o Valor Nominal de cada uma das Debêntures não será atualizado monetariamente; e
- II. *juros remuneratórios:* sobre o saldo devedor do Valor Nominal de cada uma das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 137% (cento e trinta e sete por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI") ("Remuneração"), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures, de amortização antecipada das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, a Remuneração será paga mensalmente a partir da Data de Emissão, no dia 2 (dois) de cada mês, ocorrendo o primeiro pagamento em 2 de outubro de 2013 e o último, na Data de Vencimento. A Remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorDI - 1)$$

Sendo que:

J = valor unitário da Remuneração devida na data de pagamento de Remuneração, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal na Data de Emissão, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorDI = produtório das Taxas DI com uso do percentual aplicado, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^n \left[1 + \left(TDI_k \times \frac{S}{100} \right) \right]$$

Sendo que:

k = número de ordem de TDI_k , variando de 1 (um) até n_{DI} ;
 n_{DI} = número total de Taxas DI-Over, sendo " n_{DI} " um número inteiro;
 S = 137,0000;
 TDI_k = fator da Taxa DI-Over, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

Sendo que:

DI_k = Taxa DI-Over, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais.

Observações:

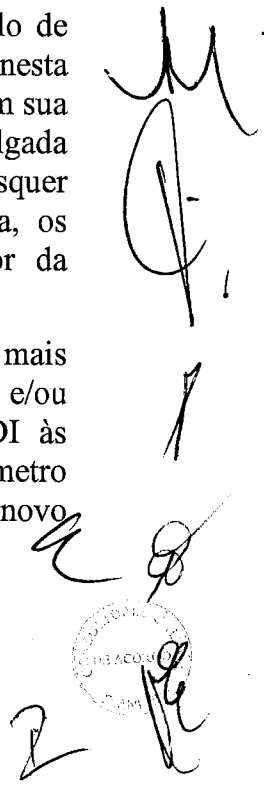
O fator resultante da expressão $\left[1 + \left(TDI_k \times \frac{S}{100} \right) \right]$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $\left[1 + \left(TDI_k \times \frac{S}{100} \right) \right]$ sendo que, a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "FatorDI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

6.16.1 Observado o disposto na Cláusula 6.16.2 abaixo, se, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão, a Taxa DI não estiver disponível, será utilizado, em sua substituição, o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades entre a Companhia, os Garantidores e/ou os Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

6.16.2 Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou no caso de impossibilidade de aplicação da Taxa DI às Debêntures por proibição legal ou judicial, será utilizado o novo parâmetro legalmente estabelecido em substituição à Taxa DI. Caso não haja um novo



parâmetro legalmente estabelecido, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de até 5 (cinco) dias contados da data de término do prazo de 10 (dez) dias consecutivos ou da data de extinção da Taxa DI ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI por proibição legal ou judicial, conforme o caso, convocar assembleia geral de Debenturistas para deliberar, em comum acordo com a Companhia e observada a regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures a ser aplicado, que deverá ser aquele que melhor reflita as condições do mercado vigentes à época. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração das Debêntures, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão, será utilizado, para apuração da Taxa DI, o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Companhia, os Garantidores e/ou os Debenturistas quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures. Caso a Taxa DI volte a ser divulgada antes da realização da assembleia geral de Debenturistas prevista acima, referida assembleia geral de Debenturistas não será realizada, e a Taxa DI, a partir da data de sua divulgação, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão. Caso, não haja acordo sobre a nova remuneração das Debêntures entre a Companhia e Debenturistas representando, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das Debêntures em circulação, a Companhia e os Garantidores, de forma solidária, se obrigam, desde já, a resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados da data da realização da assembleia geral de Debenturistas prevista acima ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo saldo devedor do Valor Nominal de cada uma das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, caso em que, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão, será utilizado, para apuração da Taxa DI, o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente.

- 6.16.3 Os Garantidores desde já concordam com o disposto nas Cláusulas 6.16.1 e 6.16.2 acima, declarando que o ali disposto não importará novação, conforme definida e regulada nos termos do artigo 360 e seguintes do Código Civil, mantendo-se a Fiança válida e em pleno vigor, inclusive no caso de acarretar a obrigação à Companhia e aos Garantidores de resgatar as Debêntures, conforme acima previsto, ou no caso de inadimplemento de tal obrigação. Os Garantidores, desde já, concordam e se obrigam a firmar todos e quaisquer documentos necessários à efetivação do disposto na Cláusula 6.16.2 acima.

- 6.17 *Repactuação Programada.* Não haverá repactuação programada.
- 6.18 *Resgate Antecipado Facultativo.* Sujeito ao atendimento das condições abaixo, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo a partir de 2 de setembro de 2014, exclusive, e com aviso prévio aos Debenturistas, nos termos da Cláusula 6.29 abaixo, ao Agente Fiduciário, ao Escriturador, ao Banco Liquidante e à CETIP, de 10 (dez) Dias Úteis da data do evento, o resgate antecipado da totalidade, sendo vedado o resgate parcial, das Debêntures em circulação, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, mediante o pagamento do saldo devedor do Valor Nominal das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, acrescido de valor correspondente ao maior entre:
- I. o valor obtido pela aplicação do prêmio de 2,00% (dois por cento) sobre o saldo devedor do Valor Nominal das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do pagamento do resgate antecipado facultativo; ou
- II. o valor obtido com base na seguinte fórmula:
- $SD \times (0,1\% \times Pzr)$, onde:
- SD = saldo devedor do Valor Nominal das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do pagamento do resgate antecipado facultativo; e
- Pzr = prazo remanescente, calculado em dias úteis, entre a data do pagamento do resgate antecipado facultativo e a Data de Vencimento.
- 6.19 *Amortização Antecipada Facultativa.* Sujeito ao atendimento das condições abaixo, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo a partir de 2 de setembro de 2014, exclusive, e com aviso prévio aos Debenturistas, nos termos da Cláusula 6.29 abaixo, ao Agente Fiduciário, ao Escriturador, ao Banco Liquidante e à CETIP, de 10 (dez) Dias Úteis da data do evento, amortizações antecipadas, sobre o saldo devedor do Valor Nominal da totalidade das Debêntures em circulação, mediante o pagamento de parcela do saldo devedor do Valor Nominal das Debêntures em circulação a ser amortizada, limitada a 98% (noventa e oito por cento) do saldo devedor do Valor Nominal das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de

Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, acrescido de valor correspondente ao maior entre:

I. o valor obtido pela aplicação do prêmio de 2,00% (dois por cento) sobre o saldo devedor do Valor Nominal das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do pagamento da amortização antecipada facultativa; ou

II. o valor obtido com base na seguinte fórmula:

$SD \times (0,1\% \times Pzr)$, onde:

SD = saldo devedor do Valor Nominal das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do pagamento da amortização antecipada facultativa; e

Pzr = prazo remanescente, calculado em dias úteis, entre a data do pagamento da amortização antecipada facultativa e a Data de Vencimento.

6.19.1 Os valores pagos a título de amortização do Valor Nominal serão sempre imputados de forma proporcional ao valor das parcelas vincendas de amortização do Valor Nominal constantes da Cláusula 6.15 acima, de forma automática e independentemente de qualquer formalidade adicional (inclusive independentemente de qualquer aditamento a esta Escritura de Emissão), mantendo-se inalteradas as datas de pagamento de amortização do Valor Nominal.

6.20 *Oferta Facultativa de Resgate Antecipado.* A Companhia poderá realizar, a qualquer tempo, oferta facultativa de resgate antecipado contemplando obrigatoriamente a totalidade das Debêntures em circulação, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, que será endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas para aceitar o resgate antecipado das Debêntures de que forem titulares, de acordo com os termos e condições previstos abaixo ("Oferta Facultativa de Resgate Antecipado"):

I. a Companhia realizará a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado por meio de comunicação ao Agente Fiduciário e, na mesma data, por meio de publicação de anúncio nos termos da Cláusula 6.29 abaixo ("Edital de Oferta Facultativa de Resgate Antecipado"), o qual deverá descrever os termos e condições da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, incluindo (a) se a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado será relativa à totalidade ou a parte das



Debêntures em circulação; (b) caso a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado se refira a parte das Debêntures em circulação, a quantidade de Debêntures em circulação objeto da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, observado o disposto no inciso IV abaixo; (c) se a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado estará condicionada à aceitação desta por uma quantidade mínima de Debêntures; (d) o valor do prêmio de resgate antecipado, caso exista, que não poderá ser negativo; (e) a forma de manifestação dos Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado; (f) a data efetiva para o resgate antecipado e o pagamento das Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, que será a mesma para todas as Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado; e (g) demais informações necessárias para a tomada de decisão pelos Debenturistas e à operacionalização do resgate antecipado das Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado;

- II. a Companhia deverá (a) na respectiva data de término do prazo de adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, confirmar ao Agente Fiduciário a respectiva data do resgate antecipado; e (b) com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis da respectiva data do resgate antecipado, comunicar ao Escriturador, ao Banco Liquidante e à CETIP a respectiva data do resgate antecipado;
- III. o valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado será equivalente ao saldo devedor do Valor Nominal, acrescido (a) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento; e (b) se for o caso, de prêmio de resgate antecipado a ser oferecido aos Debenturistas, a exclusivo critério da Companhia, o qual não poderá ser negativo;
- IV. caso a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado se refira a parte das Debêntures em circulação, e a quantidade de Debêntures que tenham sido indicadas em adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado seja maior do que a quantidade à qual a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado foi originalmente direcionada, então o resgate antecipado será feito mediante sorteio, coordenado pelo Agente Fiduciário e cujo procedimento será definido no Edital de Oferta Facultativa de Resgate Antecipado. Os Debenturistas sorteados serão informados, por escrito, com, no mínimo, 2 (dois)

Dias Úteis de antecedência da data de resgate sobre o resultado do sorteio;

- V. o pagamento das Debêntures resgatadas antecipadamente por meio da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado será realizado nos termos da Cláusula 6.23 abaixo; e
- VI. com relação às Debêntures (a) que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, o resgate antecipado (seja total ou parcial) será realizado em conformidade com os procedimentos operacionais da CETIP, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, rateio e validação da quantidade de Debêntures a serem resgatadas antecipadamente serão realizadas fora do âmbito da CETIP; e (b) que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, será realizado em conformidade com os procedimentos operacionais do Escriturador.
- 6.21 *Aquisição Facultativa.* A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação desde que observe o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476 e na regulamentação aplicável da CVM. As Debêntures adquiridas pela Companhia poderão, a critério da Companhia, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures em circulação.
- 6.22 *Direito ao Recebimento dos Pagamentos.* Farão jus ao recebimento de qualquer valor devido aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão aqueles que forem Debenturistas no encerramento do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.
- 6.23 *Local de Pagamento.* Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia e/ou por qualquer dos Garantidores, nos termos desta Escritura de Emissão e/ou do Contrato de Cessão Fiduciária, serão realizados (i) pela Companhia, no que se refere a pagamentos referentes ao Valor Nominal, à Remuneração, a prêmio de resgate antecipado ou de amortização antecipada e aos Encargos Moratórios, e com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, por meio da CETIP; (ii) pela Companhia, nos demais casos, por meio do Escriturador ou em sua sede, conforme o caso; ou (iii) pelos Garantidores, em qualquer caso, por meio do Escriturador ou em sua sede ou domicílio, conforme o caso.
- 6.24 *Prorrogação dos Prazos.* Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão até

- o 1º (primeiro) Dia Útil (assim entendido como qualquer dia no qual haja expediente nos bancos comerciais na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e que não seja sábado ou domingo ("Dia Útil")) subsequente, se o seu vencimento coincidir com dia que não seja um Dia Útil, não sendo devido qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, exceto pelos casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.
- 6.25 *Encargos Moratórios.* Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido pela Companhia e pelos Garantidores aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão, adicionalmente ao pagamento da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sobre todos e quaisquer valores em atraso, incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, (i) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração de mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; e (ii) multa moratória de 2% (dois por cento) ("Encargos Moratórios").
- 6.26 *Decadência dos Direitos aos Acréscimos.* O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em qualquer comunicação realizada ou aviso publicado nos termos desta Escritura de Emissão não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento, no caso de impontualidade no pagamento.
- 6.27 *Imunidade Tributária.* Caso qualquer Debenturista tenha imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis anteriores à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória da referida imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado de seus pagamentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.
- 6.28 *Vencimento Antecipado.* Sujeito ao disposto nas Cláusulas 6.28.1 a 6.28.6 abaixo, o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures, e exigir o imediato pagamento, pela Companhia e pelos Garantidores, do saldo devedor do Valor Nominal das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento,

sem prejuízo, quando for o caso, dos Encargos Moratórios, na ocorrência de qualquer dos eventos previstos em lei e/ou de qualquer dos eventos descritos nas Cláusulas 6.28.1 e 6.28.2 abaixo (cada evento, um "Evento de Inadimplemento"):

6.28.1 Constituem Eventos de Inadimplemento que acarretam o vencimento automático das obrigações decorrentes das Debêntures, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, aplicando-se o disposto na Cláusula 6.28.3 abaixo:

- I. não constituição da Cessão Fiduciária, nos termos e prazo previstos na Cláusula 6.12 acima;
- II. inadimplemento, pela Companhia e/ou por qualquer dos Garantidores, de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures e/ou prevista nesta Escritura de Emissão, na respectiva data de pagamento, não sanado no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data do respectivo inadimplemento;
- III. inexistência, invalidade, nulidade ou inexecutabilidade desta Escritura de Emissão (e/ou de qualquer de suas disposições) e/ou da Fiança e/ou do Contrato de Cessão Fiduciária (e/ou de qualquer de suas disposições);
- IV. questionamento judicial, pela Companhia, por qualquer dos Garantidores, por qualquer controladora (conforme definição de Controle) da Companhia e/ou de qualquer dos Garantidores ("Controladora"), por qualquer sociedade controlada (conforme definição de Controle), direta ou indiretamente, pela Companhia e/ou por qualquer dos Garantidores ("Controlada", sendo que tal definição pode se referir apenas à Controlada da Companhia ou apenas à Controlada de qualquer dos Garantidores se assim expressamente previsto), e/ou por qualquer coligada (conforme definição prevista no artigo 243, parágrafos 1º, 4º e 5º, da Lei das Sociedades por Ações) da Companhia e/ou de qualquer dos Garantidores, desta Escritura de Emissão e/ou do Contrato de Cessão Fiduciária e/ou de qualquer das Garantias;
- V. cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, no todo ou em parte, pela Companhia e/ou por qualquer dos Garantidores, de qualquer de suas obrigações pecuniárias nos termos desta Escritura de Emissão e/ou do Contrato de Cessão Fiduciária, sem a prévia anuência, por escrito, de Debenturistas representando, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das Debêntures em circulação;

- VI. com relação a qualquer dos Créditos Cedidos Fiduciariamente e/ou a qualquer dos direitos a estes inerentes, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária, conforme aplicável, rescisão, distrato, aditamento ou qualquer forma de alteração, cessão, venda, alienação, transferência, permuta, conferência ao capital, empréstimo, dação em pagamento, instituição de usufruto, endosso, desconto ou qualquer outra forma de transferência ou disposição, inclusive em pagamento de redução de capital, ou constituição de qualquer Ônus (assim definido como penhor, alienação fiduciária, cessão fiduciária, usufruto, promessa de venda, opção de compra, direito de preferência, encargo, gravame ou ônus, arresto, sequestro ou penhora, judicial ou extrajudicial (salvo se o respectivo Crédito Cedido Fiduciariamente for substituído na forma prevista no Contrato de Cessão Fiduciária), voluntário ou involuntário, ou outro ato que tenha o efeito prático similar a qualquer das expressões acima ("Ônus")) (exceto pela Cessão Fiduciária), ou permissão ou promessa que qualquer dos atos acima seja realizado, em qualquer dos casos deste inciso, de forma gratuita ou onerosa, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, ainda que para ou em favor de pessoa do mesmo grupo econômico;
- VII. (a) liquidação, dissolução ou extinção da Companhia, de qualquer dos Garantidores Pessoas Jurídicas, exceto se a liquidação, dissolução e/ou extinção decorrer de uma operação societária que não constitua um Evento de Inadimplemento, nos termos permitidos pelo inciso IX abaixo; (b) decretação de falência da Companhia, de qualquer dos Garantidores Pessoas Jurídicas e/ou de qualquer Controlada; (c) pedido de autofalência formulado pela Companhia, por qualquer dos Garantidores Pessoas Jurídicas e/ou por qualquer Controlada; (d) pedido de falência da Companhia, de qualquer dos Garantidores Pessoas Jurídicas, formulado por terceiros, para o qual não tenha sido apresentada a devida defesa no prazo legal; ou (e) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Companhia, de qualquer dos Garantidores Pessoas Jurídicas e/ou de qualquer Controlada, independentemente do deferimento do respectivo pedido;
- VIII. transformação da forma societária da Companhia de sociedade por ações para sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- IX. cisão, fusão, incorporação ou incorporação de ações (ou qualquer forma de reorganização societária com efeito análogo às hipóteses acima) da Companhia, de qualquer dos Garantidores Pessoas Jurídicas e/ou de qualquer Controlada, exceto:

- (a) se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das Debêntures em circulação; ou
 - (b) exclusivamente no caso de cisão, fusão ou incorporação da Companhia, se tiver sido assegurado aos Debenturistas que o desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses contados da data de publicação das atas dos atos societários relativos à operação, o resgate das Debêntures de que forem titulares, mediante o pagamento do saldo devedor do Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento; ou
 - (c) pela incorporação, pela Companhia (de modo que a Companhia seja a incorporadora), de qualquer Controlada da Companhia ou de ações de emissão de qualquer Controlada da Companhia; ou
 - (d) se realizada exclusivamente entre Controladas da Companhia;
- X. redução de capital social da Companhia, exceto se (a) realizada exclusivamente para absorção de prejuízos; ou (b) previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das Debêntures em circulação, conforme disposto no artigo 174, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações; ou
- XI. alteração ou transferência do Controle, direto ou indireto, da Companhia, da Elfe, da Hope ou da sociedade Hope Serviços Ltda., exceto:
- (a) se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das Debêntures em circulação;
 - (b) se decorrente de sucessão legal, na hipótese de falecimento de qualquer dos Garantidores Pessoas Físicas; ou
 - (c) no caso de alteração ou transferência do Controle da Elfe, da Hope ou da Hope Serviços Ltda., se a Companhia continuar a ser titular de seu Controle direto ou indireto.
- 6.28.2 Constituem Eventos de Inadimplemento que não acarretam o vencimento automático das obrigações decorrentes das Debêntures, aplicando-se o disposto na Cláusula 6.28.4 abaixo:
- I. inadimplemento, pela Companhia e/ou por qualquer dos Garantidores, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão e/ou no Contrato de Cessão Fiduciária, não

sanado no prazo que ocorrer primeiro entre (a) 30 (trinta) dias contados da data da notificação acerca do respectivo inadimplemento, encaminhada pelo Agente Fiduciário ou por qualquer dos Debenturistas; ou (b) 60 (sessenta) dias contados da data do respectivo inadimplemento; sendo que os prazos previstos neste inciso não se aplicam às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico ou para qualquer dos demais Eventos de Inadimplemento;

- II. não utilização, pela Companhia, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão estritamente nos termos da Cláusula 4 acima;
- III. não atendimento, após decorridos eventuais prazos de cura previstos no Contrato de Cessão Fiduciária, às obrigações de reforço e/ou aos limites, percentuais e/ou valores da Cessão Fiduciária;
- IV. cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, no todo ou em parte, pela Companhia e/ou por qualquer dos Garantidores, de qualquer de suas obrigações não pecuniárias nos termos desta Escritura de Emissão e/ou do Contrato de Cessão Fiduciária, sem a prévia anuência, por escrito, de Debenturistas representando, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das Debêntures em circulação;
- V. exceto mediante aprovação por Debenturistas representando, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das Debêntures em circulação, realização de qualquer de aditamento, substituição, refinanciamento, reestruturação, suplementação, extensão ou, de qualquer outra forma, modificação do financiamento representado pela Cédula de Crédito Bancário n.º 19.0228.767.0000009/49, celebrada em 15 de agosto de 2013, no valor principal de R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), emitida pela Companhia para Caixa Econômica Federal – CEF, incluindo qualquer de suas garantias ("Dívida CEF"), cujo efeito seja:
 - (a) aumentar o valor agregado de principal, devido, comprometido ou disponível, sob a Dívida CEF;
 - (b) antecipar a amortização ou a data de vencimento de quaisquer pagamentos de principal ou outros valores sob a Dívida CEF, exceto pelo vencimento antecipado em decorrência de inadimplemento ou evento de inadimplemento;
 - (c) aumentar as taxas de juros vigentes antes de ou após um inadimplemento previstos sob a Dívida CEF na Data de Emissão das Debêntures, capitalizar quaisquer juros sob a Dívida CEF ou impor ou aumentar quaisquer

12 SET. 2013

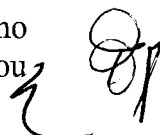
DR. JOSÉ A. MICHALUAT - OFICIAL
R. XV de Novembro, 184 - 6º And.-F.:3377-7677

encargos/comissões recorrentes previstos sob a Dívida CEF na Data de Emissão das Debêntures;

- (d) alterar qualquer outra disposição relativa a pagamento de principal ou juros sob a Dívida CEF, exceto por alterações para prorrogar ou flexibilizar os termos de pagamento;
- (e) acrescentar qualquer garantia sob a Dívida CEF;
- (f) acrescentar ou tornar mais restritivo qualquer evento de inadimplemento, qualquer obrigação ou qualquer declaração prevista em qualquer dos documentos relativos à Dívida CEF, incluindo qualquer de suas garantias, ou realizar ou alterar qualquer evento de inadimplemento ou qualquer obrigação que tenha como efeito tornar tal evento de inadimplemento ou obrigação mais restritivo; e/ou
- (g) aditar ou alterar qualquer disposição de qualquer dos documentos relativos à Dívida CEF, incluindo qualquer de suas garantias, se o efeito de tal aditamento ou alteração, com quaisquer outros aditamentos ou alterações até então realizados ou sendo realizados em tal momento, seja aumentar as obrigações de qualquer da Companhia, dos Garantidores e/ou de suas respectivas Controladas sob a Dívida CEF, ou conferir direitos adicionais para qualquer dos credores da Dívida CEF (ou qualquer agente ou representante), ou realizar quaisquer outras alterações sob qualquer dos documentos relativos à Dívida CEF, incluindo qualquer de suas garantias que seria adverso aos Debenturistas ou resultaria em um inadimplemento desta Escritura de Emissão e/ou do Contrato de Cessão Fiduciária;

VI. realização de qualquer pagamento antecipado de principal, a qualquer título, com relação à Dívida CEF, independentemente de tal pagamento ser voluntário, obrigatório ou previsto nos documentos relacionados à Dívida CEF, exceto se houver pagamento simultâneo das Obrigações Garantidas, na proporção do valor de cada crédito, observado que a Companhia e/ou os Garantidores não deverão realizar qualquer pagamento a título de juros sob a Dívida CEF, exceto se houver pagamento substancialmente simultâneo de Remuneração das Debêntures;

VII. alteração do objeto social da Companhia, da Elfe e/ou da Hope, conforme disposto em seu estatuto social ou contrato social, conforme o caso, vigente na Data de Emissão, exceto se (a) previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das Debêntures em circulação; ou



- (b) exclusivamente para a inclusão de outras atividades que, de qualquer forma, estejam relacionadas ou sejam similares ou complementares à atividade principal da Companhia, da Elfe e/ou da Hope, conforme o caso, de forma a não resultar em alteração de suas respectivas atividades principais;
- VIII. comprovação de que qualquer das declarações prestadas pela Companhia e/ou por qualquer dos Garantidores nesta Escritura de Emissão e/ou no Contrato de Cessão Fiduciária é falsa ou incorreta em qualquer aspecto relevante;
- IX. vencimento antecipado de qualquer obrigação por dívida bancária ou decorrente de título ou valor mobiliário de emissão da Companhia, de qualquer dos Garantidores e/ou de qualquer Controlada (ainda que na condição de garantidora) em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$3.000.000,00 (três milhões de reais), atualizados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IPCA"), ou seu equivalente em outras moedas;
- X. protesto de títulos contra a Companhia, qualquer dos Garantidores e/ou qualquer Controlada (ainda que na condição de garantidora), em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), atualizados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IPCA, ou seu equivalente em outras moedas, exceto se, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos contados da data do referido protesto, for comprovado ao Agente Fiduciário que (a) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros; (b) o protesto foi cancelado; (c) foram prestadas garantias em juízo, em forma e montante suficientes para suspender a exigibilidade da dívida; (d) foi proferida decisão judicial suspendendo a eficácia do protesto; e/ou (e) foi ajuizada ação ou qualquer outro meio eficaz para contestar a legalidade, validade existência ou valores do título ou do protesto, desde que a referida contestação seja feita de boa-fé pela Companhia;
- XI. inadimplemento, pela Companhia, por qualquer dos Garantidores Pessoas Jurídicas e/ou por qualquer Controlada, de qualquer decisão judicial transitada em julgado e/ou de qualquer decisão arbitral não sujeita a recurso, contra a Companhia, qualquer dos Garantidores Pessoas Jurídicas e/ou qualquer Controlada;

- XII. alteração ou transferência do Controle, direto ou indireto, de qualquer Garantidor Pessoa Jurídica que não seja a Elfe, a Hope ou a Hope Serviços Ltda., exceto se:
- (a) se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das Debêntures em circulação; ou
 - (b) se a Companhia continuar a ser titular de seu Controle direto ou indireto.
- XIII. atuação, pelos órgãos governamentais de caráter fiscal, ambiental ou de defesa da concorrência, contra a qual não tenham sido interpostos os recursos competentes, bem como qualquer decisão judicial ou administrativa, que possa vir a afetar de maneira relevante a capacidade operacional, legal ou financeira da Companhia, que não tenha sido obstada no prazo legal;
- XIV. existência de decisão judicial definitiva por inobservância da Legislação Socioambiental (conforme definido na Cláusula 7.1 abaixo, inciso XV) que possa afetar de forma relevante os negócios, atividades e/ou condição financeira da Companhia, bem como se a Companhia incentivar, de qualquer forma a prostituição ou utilizar em suas atividades mão-de-obra infantil e/ou em condição análoga à de escravo, passando a compor o Cadastro de Empregadores que tenham mantido trabalhadores em condição análoga à de escravo, nos termos da Portaria Interministerial n.º 2, de 12 de maio de 2011, expedida pelo Ministério do Trabalho e Emprego e pela Secretaria de Direitos Humanos, ou outra que venha a substituí-la;
- XV. enquanto existir qualquer Restrição da Cessão Fiduciária (conforme definido abaixo), realização, por qualquer meio, de forma gratuita ou onerosa, pela Companhia e/ou por qualquer dos Garantidores Pessoas Jurídicas, de cessão, venda, alienação e/ou qualquer forma de transferência de, ou constituição de qualquer Ônus sobre, qualquer dos direitos creditórios decorrentes de qualquer contrato celebrado pela Companhia e/ou por qualquer dos Garantidores Pessoas Jurídicas. Para os fins deste inciso, "Restrição da Cessão Fiduciária" significa qualquer evento durante o qual o Valor Mínimo dos Direitos Creditórios seja composto por um ou mais direitos creditórios decorrentes de contrato(s) celebrado(s) pela Companhia e/ou por qualquer dos Garantidores Pessoas Jurídicas que contenha(m) vedação ou restrição de constituição de Ônus, não sendo computados, para fins de tal definição, quaisquer direitos creditórios com tais restrições cujo valor (calculado nos termos do

Contrato de Cessão Fiduciária) exceda o Valor Mínimo dos Direitos Creditórios;

- XVI. desapropriação, confisco ou qualquer outro ato de qualquer entidade governamental de qualquer jurisdição que resulte na perda, pela Companhia, por qualquer dos Garantidores e/ou por qualquer Controlada, da propriedade e/ou da posse direta ou indireta da totalidade ou de parte substancial de seus ativos, que afete de forma relevante a capacidade da Companhia e/ou de qualquer dos Garantidores de cumprir suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e/ou do Contrato de Cessão Fiduciária;
- XVII. distribuição e/ou pagamento, pela Companhia, de dividendos, juros sobre o capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros aos acionistas da Companhia, caso a Companhia e/ou qualquer dos Garantidores estejam em mora com qualquer de suas obrigações pecuniárias estabelecidas nesta Escritura de Emissão e/ou caso tenha ocorrido qualquer dos Eventos de Inadimplemento, exceto pelos dividendos obrigatórios previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, nos termos do estatuto social da Companhia vigente na Data de Emissão;
- XVIII. falecimento, declaração de incapacidade, declaração de ausência ou declaração de insolvência de qualquer dos Garantidores Pessoas Físicas, sem que, cumulativamente:
- (a) no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data do evento, a Companhia tenha indicado fiador substituto ou garantia substituta;
 - (b) no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da referida indicação, seja aprovado fiador substituto ou garantia substituta por Debenturistas representando, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das Debêntures em circulação, mediante aditamento a esta Escritura de Emissão e, se for o caso, ao Contrato de Cessão Fiduciária, observado que a não realização, em primeira e segunda convocações, de assembleia geral de Debenturistas (observado que, se a segunda convocação tiver sido realizada, mas a assembleia geral ainda não tiver sido realizada, o prazo aqui previsto será estendido até a data prevista para sua realização), no prazo a que se refere esta alínea (b), será considerada aceitação, pelos Debenturistas, do fiador substituto ou da garantia substituta indicada pela Companhia, desde que tal indicação tenha ocorrido no prazo a que se refere a alínea (a) acima; e

(c) no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da aprovação do fiador substituto ou da garantia substituta pelos Debenturistas, nos termos da alínea (b) acima, tenha sido celebrado aditamento a esta Escritura de Emissão e, se for o caso, ao Contrato de Cessão Fiduciária para efetivar a substituição; ou

XII. não observância, pela Companhia, de qualquer dos índices financeiros abaixo (em conjunto, "Índices Financeiros"), a serem apurados pelo Auditor Independente (conforme definido na Cláusula 7.1 abaixo, inciso I) anualmente, e acompanhados pelo Agente Fiduciário no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento, pelo Agente Fiduciário, das informações a que se refere a Cláusula 7.1 abaixo, inciso III, alínea (a), tendo por base as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia (conforme definido na Cláusula 7.1 abaixo, inciso I), a partir, inclusive, das Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas a 31 de dezembro de 2013:

(a) índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida Líquida (conforme definido na Cláusula 6.28.7 abaixo, inciso II) pelo EBITDA (conforme definido na Cláusula 6.28.7 abaixo, inciso III), que deverá ser igual ou inferior a:

(i) 3,00 (três) vezes, com relação às Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas a 31 de dezembro de 2013; e

(ii) 2,75 (dois inteiros e setenta e cinco centésimos) vezes, com relação às Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas a 31 de dezembro de 2014 e às Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia subsequentes; e

(b) índice financeiro decorrente do quociente da divisão do EBITDA pela Despesa Financeira (conforme definido na Cláusula 6.28.7 abaixo, inciso I), que deverá ser igual ou superior a 2,50 (dois inteiros e cinquenta centésimos) vezes.

6.28.3 Ocorrendo qualquer dos Eventos de Inadimplemento previstos na Cláusula 6.28.1 acima, as obrigações decorrentes das Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial.

6.28.4 Ocorrendo qualquer dos Eventos de Inadimplemento previstos na Cláusula 6.28.2 acima, o Agente Fiduciário deverá, inclusive para fins do disposto nas Cláusulas 8.6 e 8.6.1 abaixo, convocar, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que constatar sua ocorrência,

12 SET. 2013

DR. JOSÉ A. MICHALUAT - OFICIAL
R. XV de Novembro, 184 - 6º And.-F.:3377-7677

assembleia geral de Debenturistas, a se realizar no prazo mínimo previsto em lei. Se, na referida assembleia geral de Debenturistas, Debenturistas representando, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das Debêntures em circulação, decidirem por não considerar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures; caso contrário, ou em caso de não instalação, em segunda convocação, da referida assembleia geral de Debenturistas, o Agente Fiduciário deverá, imediatamente, declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.

6.28.5 Na ocorrência do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, a Companhia e os Garantidores se obrigam a resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, com o seu consequente cancelamento, mediante o pagamento do saldo devedor do Valor Nominal das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo do pagamento dos Encargos Moratórios, quando for o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia e pelos Garantidores nos termos desta Escritura de Emissão e/ou do Contrato de Cessão Fiduciária, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da data da declaração do vencimento antecipado, sob pena de, em não o fazendo, ficarem obrigados, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.

6.28.6 Na ocorrência do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, os recursos recebidos em pagamento das obrigações decorrentes das Debêntures, inclusive em decorrência da excussão ou execução de qualquer das Garantias, na medida em que forem sendo recebidos, deverão ser imediatamente aplicados na amortização ou quitação do saldo devedor das obrigações decorrentes das Debêntures. Caso os recursos recebidos em pagamento das obrigações decorrentes das Debêntures, inclusive em decorrência da excussão ou execução de qualquer das Garantias, não sejam suficientes para quitar simultaneamente todas as obrigações decorrentes das Debêntures, tais recursos deverão ser imputados na seguinte ordem, de tal forma que, uma vez quitados os valores referentes ao primeiro item, os recursos sejam alocados para o item imediatamente seguinte, e assim sucessivamente: (i) quaisquer valores devidos pela Companhia e/ou por qualquer dos Garantidores nos termos desta Escritura de Emissão e/ou do Contrato de Cessão Fiduciária (incluindo as despesas incorridas pelo Agente Fiduciário), que não sejam os valores a que se referem os itens (ii), (iii) e (iv) abaixo; (ii) Remuneração, Encargos Moratórios e demais encargos devidos sob as obrigações decorrentes das Debêntures; (iii) saldo devedor do Valor Nominal de cada uma das Debêntures em circulação; e (iv) a remuneração

devida ao Agente Fiduciário e ao Banco Centralizador. A Companhia e os Garantidores permanecerão responsáveis pelo saldo devedor das obrigações decorrentes das Debêntures que não tiverem sido pagas, sem prejuízo dos acréscimos de Remuneração, Encargos Moratórios e outros encargos incidentes sobre o saldo devedor das obrigações decorrentes das Debêntures enquanto não forem pagas, declarando a Companhia e os Garantidores, neste ato, se tratar de dívida líquida e certa, passível de cobrança extrajudicial ou por meio de processo de execução judicial.

6.28.7 Para os fins desta Escritura de Emissão:

- I. "Despesa Financeira" significa, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia, as despesas financeiras da Companhia, das quais deverão ser excluídos, para efeito da apuração dos compromissos financeiros, os juros sobre capital próprio e despesas financeiras com parcelamento de tributos, sendo que a Despesa Financeira será apurada em módulo, se for negativa e, se for positiva, será considerado 1 (um);
- II. "Dívida Líquida" significa, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia, (a) o somatório das dívidas onerosas da Companhia, em base consolidada, perante pessoas jurídicas, incluindo empréstimos e financiamento com terceiros e/ou partes relacionadas e emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, no mercado de capitais local e/ou internacional, além de avais prestados pela Companhia; (b) deduzido do somatório das disponibilidades (caixa e aplicações financeiras) da Companhia, em base consolidada;
- III. "EBITDA" significa, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia dos 12 (doze) meses imediatamente anteriores, o resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões, o qual não pode excluir quaisquer itens não recorrentes, não operacionais ou de operações descontinuadas, calculado nos termos da Instrução CVM n.º 527, de 4 de outubro de 2012; e
- IV. "Parte Relacionada" significa (a) qualquer pessoa natural ou jurídica que detenha, direta ou indiretamente, em conjunto ou isoladamente, o Controle da Companhia ou de sociedade sob Controle comum com a Companhia; (b) cônjuge, companheiro e/ou qualquer ascendente, descendente e/ou colateral até o quarto grau das pessoas naturais mencionadas na alínea (a) acima; e (c) qualquer sociedade Controlada por qualquer das pessoas mencionadas nas alíneas (a) e/ou (b) acima.

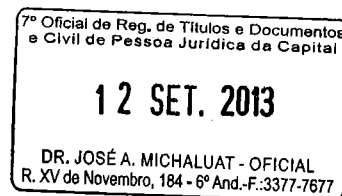
6.29 *Publicidade.* Todos os atos e decisões relativos às Debêntures deverão ser comunicados, na forma de aviso, no DOERJ e no jornal "Diário Comercial", sempre imediatamente após a realização ou ocorrência do ato a ser divulgado. A Companhia poderá alterar o jornal acima por outro jornal de grande circulação e de edição nacional que seja adotado para suas publicações societárias, mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e a publicação, na forma de aviso, no jornal a ser substituído.

6.30 *Comunicações.* Todas as comunicações realizadas nos termos desta Escritura de Emissão devem ser sempre realizadas por escrito, para os endereços abaixo. As comunicações serão consideradas recebidas quando entregues, sob protocolo ou mediante "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, nos endereços abaixo. As comunicações realizadas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). A alteração de qualquer dos endereços abaixo deverá ser comunicada às demais partes pela parte que tiver seu endereço alterado.

I. para a Companhia e/ou para qualquer dos Garantidores Pessoas Jurídicas:

WRR Participações e Investimentos S.A.
Easy Car Locação de Veículos S.A.
Elfe Óleo e Gás Operação e Manutenção S.A.
Hope Recursos Humanos S.A.
Hopevig Vigilância e Segurança Ltda.
TMS – Trade Marketing Solutions Ltda.
Avenida Augusto Severo 8, 8º andar
20021-040 Rio de Janeiro, RJ

At.:	Sr. Raúl Andrés Ortúzar Ramírez
	Sr. Marcelo Queiroz da Silva
	Sr. Carlos Eduardo Gonçalves Ferreira da Silva
	Sr. Guilherme Reis
Telefone:	(21) 3923-3200
Fac-símile:	(21) 3923-3237
Correio Eletrônico:	raul.ortuzar@grupowrr.com.br
	marcelo.queiroz@grupowrr.com.br
	carlos.goncalves@grupowrr.com.br
	guilherme.reis@grupowrr.com.br



II. para o Agente Fiduciário:

Planner Trustee D.T.V.M. Ltda.
Avenida Brigadeiro Faria Lima 3900, 10º andar
04538-132 São Paulo, SP
At.: Sra. Viviane Rodrigues
Telefone: (11) 2172-2628
Fac-símile: (11) 3078-7264
Correio Eletrônico: vrodrigues@planner.com.br
fiduciario@planner.com.br

III. para os Garantidores Pessoas Físicas:

Raúl Andrés Ortúzar Ramírez
Avenida Augusto Severo 8, 6º andar, sala 601
20021-040 Rio de Janeiro, RJ
Telefone: (21) 3923-3200
Fac-símile: (21) 3923-3237
Correio Eletrônico: raul.ortuzar@grupowrr.com.br

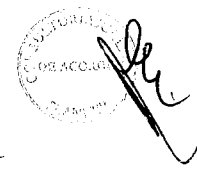
Rogério Penha da Silva
Avenida Augusto Severo 8, 6º andar, sala 601
20021-040 Rio de Janeiro, RJ
Telefone: (21) 3923-3200
Fac-símile: (21) 3923-3237
Correio Eletrônico: rogeriosilva@grupowrr.com.br

Wilson da Costa Ritto Filho
Avenida Augusto Severo 8, 6º andar, sala 601
20021-040 Rio de Janeiro, RJ
Telefone: (21) 3923-3200
Fac-símile: (21) 3923-3237
Correio Eletrônico: junior@grupowrr.com.br

7. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA COMPANHIA E DOS GARANTIDORES

7.1 A Companhia e os Garantidores, de forma solidária, estão adicionalmente obrigados a:

- I. exclusivamente no caso da Companhia, disponibilizar em sua página na Internet e fornecer ao Agente Fiduciário, na data em que ocorrer primeiro entre o decurso de 3 (três) meses contados da data de término de cada exercício social ou a data da efetiva divulgação, cópia das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia auditadas por auditor independente registrado na CVM, dentre Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, Ernst &



Young Terco Auditores Independentes, KPMG Auditores Independentes e PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("Auditor Independente"), relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM ("Demonstrações Financeiras Consolidadas Auditadas da Companhia");

II. exclusivamente com relação aos Garantidores Pessoas Jurídicas, fornecer ao Agente Fiduciário, na data em que ocorrer primeiro entre o decurso de 3 (três) meses contados da data de término de cada exercício social ou a data da efetiva divulgação, cópia das demonstrações financeiras consolidadas dos Garantidores Pessoas Jurídicas, relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e, se aplicável, com as regras emitidas pela CVM;

III. fornecer ao Agente Fiduciário:

- (a) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data a que se refere o inciso I acima, (i) as rubricas necessárias ao acompanhamento dos Índices Financeiros; (ii) a demonstração do cálculo dos Índices Financeiros realizado pelo Auditor Independente; e (iii) declaração firmada por representantes legais da Companhia e dos Garantidores acerca da veracidade e ausência de vícios dos Índices Financeiros, da veracidade, ausência de vícios e suficiência das informações apresentadas, da inexistência de qualquer Evento de Inadimplemento e que os Garantidores possuem patrimônio suficiente para quitar as obrigações objeto da Fiança, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Companhia e/ou ao Auditor Independente todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários;
- (b) no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado da data em que forem realizados, avisos aos Debenturistas;
- (c) no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado da data de ocorrência, informações a respeito da ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento;
- (d) no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado da data de recebimento, envio de cópia de qualquer correspondência ou notificação, judicial ou extrajudicial, recebida pela Companhia e/ou por qualquer dos Garantidores relacionada a um Evento de Inadimplemento;

- (e) no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado da data de ciência, informações a respeito da ocorrência de qualquer evento ou situação que possa causar (i) qualquer efeito adverso relevante na situação (financeira ou de outra natureza), nos negócios, nos bens, nos resultados operacionais e/ou nas perspectivas da Companhia, de qualquer dos Garantidores e/ou de qualquer Controlada; e/ou (ii) qualquer efeito adverso na capacidade da Companhia e/ou de qualquer dos Garantidores de cumprir qualquer de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e/ou do Contrato de Cessão Fiduciária ("Efeito Adverso Relevante");
- (f) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, informações e/ou documentos que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário;
- (g) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da respectiva celebração, cópia do protocolo de apresentação desta Escritura de Emissão e de seus aditamentos perante a JUCERJA e os competentes cartórios de registro de títulos e documentos;
- (h) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da respectiva inscrição na JUCERJA e registro ou averbação perante os competentes cartórios de registro de títulos e documentos, uma via original desta Escritura de Emissão e de seus aditamentos; e
- (i) no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data de utilização dos recursos líquidos obtidos com a Emissão, declaração firmada por representantes legais da Companhia e acerca da utilização dos recursos líquidos obtidos com a Emissão estritamente nos termos da Cláusula 4.1 acima;

IV. cumprir, e fazer com que as Controladas cumpram, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou instâncias judiciais aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aqueles questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;

V. manter, e fazer com que as Controladas mantenham, sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor, todas as licenças, concessões, autorizações, permissões e alvarás, inclusive ambientais, aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aquelas cuja ausência não possa causar um Efeito Adverso Relevante;

- VI. manter, e fazer com que as Controladas mantenham, seguro adequado para seus bens e ativos relevantes, conforme práticas correntes de mercado;
- VII. manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias à celebração desta Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária e ao cumprimento de todas as obrigações aqui e ali previstas;
- VIII. contratar e manter contratados, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Cessão Fiduciária, incluindo o Agente Fiduciário, o Escriturador, o Banco Liquidante, o Banco Centralizador, o Auditor Independente e o sistema de distribuição das Debêntures no mercado primário (MDA) e o sistema de negociação das Debêntures no mercado secundário (CETIP21);
- IX. realizar o recolhimento de todos os tributos que incidam ou venham a incidir sobre as Debêntures que sejam de responsabilidade da Companhia e, se aplicável, dos Garantidores;
- X. realizar (a) o pagamento da remuneração do Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 8.4 abaixo, inciso I; e (b) desde que assim solicitado pelo Agente Fiduciário, o pagamento das despesas devidamente comprovadas incorridas pelo Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 8.4 abaixo, inciso II;
- XI. notificar, na mesma data, o Agente Fiduciário da convocação, pela Companhia, de qualquer assembleia geral de Debenturistas;
- XII. convocar, no prazo de até 1 (um) Dia Útil, assembleia geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que sejam do interesse dos Debenturistas, caso o Agente Fiduciário não o faça no prazo aplicável;
- XIII. comparecer, por meio de seus representantes, às assembleias gerais de Debenturistas, sempre que solicitada; e
- XIV. exclusivamente com relação à Companhia, sem prejuízo das demais obrigações previstas acima ou de outras obrigações expressamente previstas na regulamentação em vigor e nesta Escritura de Emissão, nos termos do artigo 17 da Instrução CVM 476:
 - (a) preparar as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas a cada exercício social, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;

- (b) submeter as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas a cada exercício social a auditoria por auditor independente registrado na CVM;
 - (c) no prazo de 3 (três) meses contados da data de encerramento de seu exercício social, divulgar em sua página na Internet e enviar à CETIP as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas a cada exercício social, acompanhadas de notas explicativas e do parecer dos auditores independentes;
 - (d) por um prazo de 3 (três) anos contados da respectiva data de divulgação, manter os documentos mencionados na alínea (c) acima em sua página na Internet;
 - (e) observar as disposições da Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no que se refere ao dever de sigilo e às vedações à negociação;
 - (f) divulgar, em sua página na Internet, a ocorrência de qualquer ato ou fato relevante, conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Agente Fiduciário, ao Coordenador Líder e à CETIP; e
 - (g) fornecer todas as informações solicitadas pela CVM e pela CETIP;
- XV. respeitar a legislação e regulamentação relacionadas à saúde e segurança ocupacional, ao meio ambiente, e não incentivar a prostituição, tampouco utilizar ou incentivar mão-de-obra infantil e/ou em condição análoga à de escravo ou de qualquer forma infringem direitos dos silvícolas, em especial, mas não se limitando, ao direito sobre as áreas de ocupação indígena, assim declaradas pela autoridade competente ("Legislação Socioambiental");
- XVI. cumprir o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conama – Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão; e
- XVII. observar estritamente a legislação e regulamentação tributária aplicável, mantendo-se em situação de regularidade perante autoridades governamentais ou fiscais, bem como efetuar o pontual pagamento de tributos que sejam devidos ou que devam ser

recolhidos, exceto se a exigibilidade do tributo ou de seu pagamento esteja suspensa por decisão judicial ou administrativa ou nos termos da legislação ou regulamentação aplicável.

8. AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1 A Companhia nomeia e constitui agente fiduciário da Emissão o Agente Fiduciário, qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que assina nessa qualidade e, neste ato, e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar a comunhão dos Debenturistas, declarando que:

- I. é instituição financeira devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade limitada, de acordo com as leis brasileiras;
- II. está devidamente autorizado e obteve todas as autorizações, inclusive, conforme aplicável, legais, societárias, regulatórias e de terceiros, necessárias à celebração desta Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária e ao cumprimento de todas as obrigações aqui e ali previstas, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais, societários, regulatórios e de terceiros necessários para tanto;
- III. o(s) representante(s) legal(is) do Agente Fiduciário que assina(m) esta Escritura de Emissão e o Contrato de Cessão Fiduciária tem(têm), conforme o caso, poderes societários e/ou delegados para assumir, em nome do Agente Fiduciário, as obrigações aqui e ali previstas e, sendo mandatário(s), tem(têm) os poderes legitimamente outorgados, estando o(s) respectivo(s) mandato(s) em pleno vigor;
- IV. esta Escritura de Emissão e o Contrato de Cessão Fiduciária e as obrigações aqui e ali previstas constituem obrigações lícitas, válidas, vinculantes e eficazes do Agente Fiduciário, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- V. a celebração, os termos e condições desta Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária e o cumprimento das obrigações aqui e ali previstas (a) não infringem o contrato social do Agente Fiduciário; (b) não infringem qualquer contrato ou instrumento do qual o Agente Fiduciário seja parte e/ou pelo qual qualquer de seus ativos esteja sujeito; (c) não infringem qualquer disposição legal ou regulamentar a que o Agente Fiduciário e/ou qualquer de seus ativos esteja sujeito; e (d) não infringem qualquer ordem, decisão ou

sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete o Agente Fiduciário e/ou qualquer de seus ativos;

- VI. aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Cessão Fiduciária;
- VII. conhece e aceita integralmente esta Escritura de Emissão e o Contrato de Cessão Fiduciária e todos os seus termos e condições;
- VIII. verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Cessão Fiduciária, com base nas informações prestadas pela Companhia e pelos Garantidores, sendo certo que o Agente Fiduciário não conduziu qualquer procedimento de verificação independente ou adicional da veracidade das informações apresentadas;
- IX. verificou a regularidade da constituição da Fiança, com base nas demonstrações financeiras e nas declarações prestadas pelos Garantidores, e verificará a regularidade da constituição da Cessão Fiduciária, devendo observar a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, nos termos desta Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária;
- X. está ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;
- XI. não tem, sob as penas de lei, qualquer impedimento legal, conforme o artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, a Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, ou, em caso de alteração, a que vier a substituí-la ("Instrução CVM 28"), e demais normas aplicáveis, para exercer a função que lhe é conferida;
- XII. não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- XIII. não tem qualquer ligação com a Companhia e/ou com qualquer dos Garantidores que o impeça de exercer suas funções; e
- XIV. inexistem outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas pela própria Companhia e/ou por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Companhia em que atue como agente fiduciário, nos termos da Instrução CVM 28.

8.2 O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de celebração desta Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a integral

quitação de todas as obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária, ou até sua efetiva substituição.

8.3 Em caso de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, aplicam-se as seguintes regras:

- I. é facultado aos Debenturistas, após o encerramento da Oferta, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em assembleia geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;
- II. caso o Agente Fiduciário não possa continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição e convocar assembleia geral de Debenturistas para esse fim;
- III. caso o Agente Fiduciário renuncie às suas funções, deverá permanecer no exercício de suas funções até que uma instituição substituta seja indicada pela Companhia e aprovada pela assembleia geral de Debenturistas e assuma efetivamente as suas funções;
- IV. será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, assembleia geral de Debenturistas, para a escolha do novo agente fiduciário, que poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Companhia, por Debenturistas representando, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM; na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo aqui previsto, caberá à Companhia efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário;
- V. a substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário (a) está sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM 28; e (b) deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão;
- VI. os pagamentos ao Agente Fiduciário substituído serão realizados observando-se a proporcionalidade ao período da efetiva prestação dos serviços;
- VII. o agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso (a) a Companhia não tenha concordado com o novo valor da remuneração do agente fiduciário proposto pela assembleia geral de Debenturistas a que se refere o inciso IV

acima; ou (b) a assembleia geral de Debenturistas a que se refere o inciso IV acima não delibere sobre a matéria;

VIII. o agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la à Companhia e aos Debenturistas nos termos das Cláusulas 6.29 e 6.30 acima; e

IX. aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.

8.4 Pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário, ou a instituição que vier a substituí-lo nessa qualidade:

I. receberá uma remuneração:

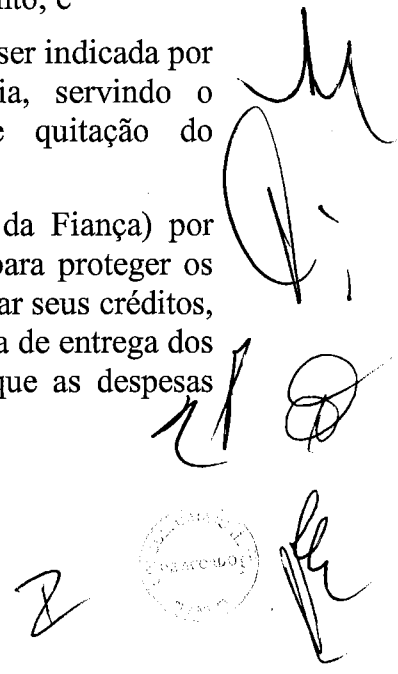
(a) de R\$10.000,00 (dez mil reais) por ano, devida pela Companhia (sem prejuízo da Fiança), sendo a primeira parcela da remuneração devida no 5º (quinto) Dia Útil contado da data de celebração desta Escritura de Emissão, e as demais, no mesmo dia dos anos subsequentes, até o vencimento da Emissão, ou enquanto o Agente Fiduciário representar os interesses dos Debenturistas;

(b) adicional, em caso de inadimplemento, pecuniário ou não, e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, ou de reestruturação das condições da Emissão após a Data de Integralização (assim entendido como alteração de qualquer das Garantias e/ou de qualquer dos prazos de pagamento, sendo que os eventos relacionados a resgate antecipado ou amortização antecipada não são considerados reestruturação), ou da participação em reuniões ou conferências telefônicas, bem como atendimento a solicitações extraordinárias, equivalente a R\$250,00 (duzentos e cinquenta reais) por hora-homem de trabalho dedicado às atividades de (i) excussão de qualquer das Garantias; (ii) comparecimento em reuniões com a Companhia e/ou Debenturistas e/ou assembleias gerais de Debenturistas; e (iii) implementação das decisões tomadas pelos Debenturistas; a ser paga no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, do relatório de horas à Companhia;

(c) reajustada anualmente, desde a data de pagamento da primeira parcela, pela variação do Índice Geral de Preços – Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGPM"), ou do índice que eventualmente o substitua, calculada *pro rata temporis*, se necessário;

- (d) acrescida do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, da Contribuição ao Programa de Integração Social – PIS, da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e de quaisquer outros tributos e despesas que venham a incidir sobre a remuneração devida ao Agente Fiduciário, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento, incluindo quaisquer juros, adicionais de tributos, multas ou penalidades correlatas que porventura venham a incidir com relação a tais tributos sobre operações da espécie, bem como, quaisquer majorações das alíquotas já existentes, de forma que o Agente Fiduciário receba a remuneração como se tais tributos não fossem incidentes, exceto pelo Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza – IR;
- (e) devida até o vencimento, resgate ou cancelamento das Debêntures e mesmo após o seu vencimento, resgate ou cancelamento na hipótese de atuação do Agente Fiduciário na cobrança de eventuais inadimplências relativas às Debêntures não sanadas pela Companhia e/ou pelos Garantidores, casos em que a remuneração devida ao Agente Fiduciário será calculada proporcionalmente aos meses de atuação do Agente Fiduciário, com base no valor da alínea (a) acima, reajustado conforme a alínea (c) acima;
- (f) acrescida, em caso de mora em seu pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sobre os valores em atraso, de (i) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; e (ii) multa moratória, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento); e (iii) atualização monetária pelo IGPM, calculada *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; e
- (g) realizada mediante depósito na conta corrente a ser indicada por escrito pelo Agente Fiduciário à Companhia, servindo o comprovante do depósito como prova de quitação do pagamento;

II. será reembolsado pela Companhia (sem prejuízo da Fiança) por todas as despesas que comprovadamente incorrer para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de entrega dos documentos comprobatórios neste sentido, desde que as despesas

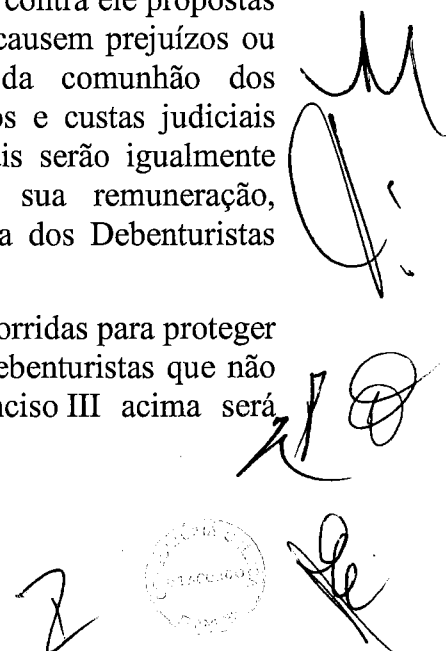
The bottom right corner of the page contains several handwritten signatures and stamps. There is a large, stylized signature that appears to be 'M'. Below it, there is a circular stamp with some text inside, which is partially obscured. To the right of the stamp, there is another signature. At the very bottom, there is a large, bold signature that looks like 'Z' or 'R'. There are also some smaller, less distinct signatures and marks scattered around these main elements.

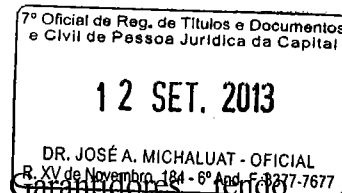
tenham sido, sempre que possível, previamente aprovadas pela Companhia, as quais serão consideradas aprovadas caso a Companhia não se manifeste no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação pelo Agente Fiduciário, incluindo despesas com:

- (a) publicação de relatórios, editais de convocação, avisos, notificações e outros, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões;
- (c) viagens, alimentação e estadias, quando necessárias ao desempenho de suas funções nos termos desta Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária;
- (d) despesas com contatos telefônicos e conferências telefônicas;
- (e) despesas com especialistas, tais como auditoria e fiscalização; e
- (f) contratação de assessoria jurídica aos Debenturistas;

III. poderá, em caso de inadimplência da Companhia e/ou dos Garantidores no pagamento das despesas a que se refere o inciso II acima por um período superior a 30 (trinta) dias, solicitar aos Debenturistas adiantamento para o pagamento de despesas razoáveis com procedimentos legais, judiciais ou administrativos que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas, despesas estas que deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, e posteriormente, ressarcidas pela Companhia (sem prejuízo da Fiança), sendo que as despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, incluem os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas; as eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas bem como sua remuneração, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência; e

IV. o crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma prevista no inciso III acima será

The bottom of the page contains several handwritten signatures and stamps. On the right side, there is a large, stylized signature. Below it, there is a circular stamp with some text inside, and another signature. At the bottom left, there is a signature that looks like a 'Z' or '2'. To its right is another circular stamp, and further right is a signature that looks like 'Le'.



acrescido à dívida da Companhia e dos ~~Garantidores~~, tendo preferência sobre estas na ordem de pagamento.

8.5 Além de outros previstos em lei, na regulamentação da CVM e nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- I. responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- II. custear (a) todas as despesas decorrentes da execução dos seus serviços, incluindo todos os tributos, municipais, estaduais e federais, presentes ou futuros, devidos em decorrência da execução dos seus serviços, observado o disposto na Cláusula 8.4 acima, inciso I, alínea (d), e na Cláusula 8.4 acima, incisos II e III; e (b) todos os encargos cíveis, trabalhistas e/ou previdenciários;
- III. proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência com que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- IV. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- V. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência, demais papéis e arquivos eletrônicos relacionados com o exercício de suas funções;
- VI. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Cessão Fiduciária, conforme já verificado nos termos da declaração prevista acima, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- VII. promover nos competentes órgãos, caso a Companhia ou os Garantidores não o façam, a inscrição e/ou o registro desta Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária e as respectivas averbações de seus aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;
- VIII. verificar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- IX. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- X. verificar a regularidade da constituição da Fiança, da Cessão Fiduciária e dos valores dos bens dados em garantia, observando a

manutenção de sua suficiência e exequibilidade, nos termos desta Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária;

- XI. examinar proposta de substituição de qualquer das Garantias, manifestando, se for o caso, sua expressa e justificada concordância, após aprovação pelos Debenturistas, reunidos em assembleia geral de Debenturistas;
- XII. intimar a Companhia e os Garantidores Pessoas Jurídicas a reforçar a Cessão Fiduciária, na hipótese de sua deterioração ou depreciação, nos termos desta Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária;
- XIII. solicitar, quando julgar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas da Companhia e/ou de qualquer dos Garantidores, necessárias e pertinentes dos distribuidores cíveis, das varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas da Justiça do Trabalho, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Companhia;
- XIV. solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Companhia e/ou em qualquer dos Garantidores Pessoas Jurídicas;
- XV. convocar, quando necessário, assembleia geral de Debenturistas nos termos da Cláusula 9.3 abaixo;
- XVI. comparecer às assembleias gerais de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- XVII. elaborar, no prazo legal, e enviar uma cópia à Companhia, na mesma data em que disponibilizar aos Debenturistas, relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, que deverá conter, ao menos, as informações abaixo, devendo, para tanto, a Companhia e os Garantidores Pessoas Jurídicas enviar todas as informações financeiras, organograma do grupo societário da Companhia (que deverá conter os controladores, as controladas, as sociedades sob Controle comum, as coligadas, e os integrantes de bloco de Controle) e atos societários necessários à realização do relatório que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados no prazo de até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do relatório:
 - (a) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Companhia e/ou por qualquer dos Garantidores, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Companhia e/ou por qualquer dos Garantidores;

- (b) alterações estatutárias da Companhia ocorridas no período;
 - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Companhia, com enfoque nos indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Companhia;
 - (d) posição da Oferta ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (e) resgate, amortização e pagamentos realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures realizadas pela Companhia;
 - (f) verificação da destinação dos recursos captados por meio das Debêntures, de acordo com os dados obtidos com os administradores da Companhia;
 - (g) relação dos bens e valores eventualmente entregues à sua administração;
 - (h) cumprimento das demais obrigações assumidas pela Companhia e pelos Garantidores nos termos desta Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária;
 - (i) declaração sobre a suficiência e exequibilidade da Cessão Fiduciária;
 - (j) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas pela própria Companhia e/ou por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Companhia em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM 28; e
 - (k) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário;
- XVIII. disponibilizar o relatório a que se refere o inciso XVII acima até 30 de abril de cada ano ao menos na sede da Companhia, no escritório do Agente Fiduciário ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado, na CVM, na CETIP e na sede do Coordenador Líder;
- XIX. publicar, às expensas da Companhia (sem prejuízo da Fiança), nos termos da Cláusula 6.29 acima, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório a que se refere o inciso XVII acima encontra-se à disposição nos locais indicados no inciso XVIII acima;

- XX. manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Companhia, o Escriturador, o Banco Liquidante e a CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Companhia expressamente autoriza, desde já, o Escriturador, o Banco Liquidante e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações realizadas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- XXI. coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas nos casos previstos nesta Escritura de Emissão, se aplicável;
- XXII. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária, inclusive (a) daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer; e (b) daquela relativa à observância dos Índices Financeiros;
- XXIII. notificar os Debenturistas, se possível individualmente, ou, caso não seja possível, nos termos da Cláusula 6.29 acima, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que o Agente Fiduciário tomou conhecimento, de qualquer inadimplemento, pela Companhia e/ou por qualquer dos Garantidores, de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão e/ou no Contrato de Cessão Fiduciária, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos, sendo que comunicação de igual teor deve ser enviada à Companhia, à CVM e à CETIP;
- XXIV. divulgar as informações referidas no inciso XVII acima, alínea (j), em sua página na Internet tão logo delas tenha conhecimento; e
- XXV. divulgar, em sua página na Internet e/ou em sua central de atendimento, em cada Dia Útil e, em especial, em cada data de pagamento, o saldo devedor unitário das Debêntures, calculado em conjunto pela Companhia e pelo Agente Fiduciário.
- 8.6 No caso de inadimplemento, pela Companhia e/ou por qualquer dos Garantidores, de qualquer de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e/ou no Contrato de Cessão Fiduciária, não sanado nos prazos previstos nas Cláusulas 6.28.1 ou 6.28.2 acima, conforme aplicáveis, deverá o Agente Fiduciário usar de toda e qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses dos Debenturistas, devendo para tanto:
- I. declarar, observadas as condições desta Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures, e cobrar seu principal e acessórios;
- II. observadas as disposições desta Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária, executar a Fiança e a Cessão Fiduciária,

aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, aos Debenturistas;

- III. requerer a falência da Companhia e dos Garantidores Pessoas Jurídicas, se não existirem garantias reais;
 - IV. tomar quaisquer outras providências necessárias para que os Debenturistas realizem seus créditos; e
 - V. representar os Debenturistas em processo de falência, insolvência (conforme aplicável), recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou, se aplicável, intervenção ou liquidação extrajudicial da Companhia e/ou de qualquer dos Garantidores Pessoas Jurídicas.
- 8.6.1 Observado o disposto nas Cláusulas 6.28 e subcláusulas, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 8.6 acima, incisos I a IV, se, convocada a assembleia geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação. Na hipótese da Cláusula 8.6 acima, inciso V, será suficiente a deliberação da maioria das Debêntures em circulação.
- 8.7 O Agente Fiduciário não será obrigado a realizar qualquer verificação de veracidade de qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela Companhia ou por terceiros a seu pedido, para se basear nas suas decisões, e não será responsável pela elaboração desses documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Companhia elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.
- 8.8 O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, nos termos da Cláusula 9 abaixo, obrigando-se, tão-somente, a agir em conformidade com as instruções que lhe foram transmitidas pelos Debenturistas, nos termos da Cláusula 9 abaixo, e de acordo com as atribuições que lhe são conferidas por lei, pela Cláusula 8.5 acima e pelas demais disposições desta Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária. Nesse sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas que lhe forem transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas, nos termos da Cláusula 9 abaixo, e reproduzidas perante a Companhia e os Garantidores.
- 8.9 A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28, dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, desta Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária, estando o Agente Fiduciário

isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido das disposições legais e regulamentares aplicáveis, desta Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária.

9. ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

- 9.1 Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.
- 9.2 As assembleias gerais de Debenturistas poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Companhia, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, conforme o caso, ou pela CVM.
- 9.3 A convocação das assembleias gerais de Debenturistas dar-se-á mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos termos da Cláusula 6.29 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão, ficando dispensada a convocação no caso da presença da totalidade dos Debenturistas.
- 9.4 As assembleias gerais de Debenturistas instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade das Debêntures em circulação, conforme o caso, e, em segunda convocação, com qualquer quorum.
- 9.5 A presidência e a secretaria das assembleias gerais de Debenturistas caberão aos Debenturistas eleitos por estes próprios, aos representantes do Agente Fiduciário ou àqueles que forem designados pela CVM.
- 9.6 Nas deliberações das assembleias gerais de Debenturistas, a cada uma das Debêntures em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 9.6.1 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em assembleia geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das Debêntures em circulação.
- 9.6.1 Não estão incluídos no quorum a que se refere a Cláusula 9.6 acima:
- I. os quoruns expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura de Emissão; e
 - II. as alterações, que somente poderão ser propostas pela Companhia, que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação.

12 SET. 2013

DR. JOSÉ A. MICHALUAT - OFICIAL
R. XV de Novembro, 184 - 6º And.-F.:3377-7677

(a) das disposições desta Cláusula; (b) de qualquer dos quoruns previstos nesta Escritura de Emissão; (c) da Remuneração, exceto pelo disposto na Cláusula 6.16.2 acima (d) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão; (e) do prazo de vigência das Debêntures; (f) da espécie das Debêntures; (g) da Fiança e/ou da Cessão Fiduciária; (h) da criação de evento de repactuação; (i) das disposições relativas a resgate antecipado facultativo; (j) das disposições relativas a amortizações antecipadas facultativas; (k) das disposições relativas à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado; ou (l) da redação de qualquer Evento de Inadimplemento.

- 9.7 Para os fins desta Escritura de Emissão, "Debêntures em circulação" significam todas as Debêntures subscritas e integralizadas e não resgatadas, excluídas as Debêntures mantidas em tesouraria e, ainda, adicionalmente, para fins de constituição de quorum, pertencentes, direta ou indiretamente, (i) à Companhia e/ou a qualquer dos Garantidores; (ii) a qualquer Controladora, a qualquer Controlada e/ou a qualquer coligada de qualquer das pessoas indicadas no item anterior; ou (iii) a qualquer diretor, conselheiro, cônjuge, companheiro ou parente até o 3º (terceiro) grau de qualquer das pessoas referidas nos itens anteriores.
- 9.8 As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observado os quoruns previstos nesta Escritura de Emissão, serão válidas e eficazes perante a Companhia e obrigarão todos os Debenturistas, independentemente de seu comparecimento ou voto na respectiva assembleia geral de Debenturistas.
- 9.9 O Agente Fiduciário deverá comparecer às assembleias gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.
- 9.10 Aplica-se às assembleias gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, sobre a assembleia geral de acionistas.

10. DECLARAÇÕES DA COMPANHIA E DOS GARANTIDORES

- 10.1 A Companhia e os Garantidores, de forma solidária, neste ato, na Data de Emissão e em cada Data de Integralização, declaram que:
- I. a Companhia é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações, de acordo com as leis brasileiras, sem registro de emissor de valores mobiliários perante a CVM, e cada um dos Garantidores Pessoas Jurídicas é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de

sociedade por ações ou sociedade limitada, conforme o caso, de acordo com as leis brasileiras;

- II. os Garantidores Pessoas Físicas são capazes para a prática de todos os atos da vida civil, e o estado civil (a) do Raúl é divorciado; (b) do Rogério é casado em regime de comunhão parcial de bens; e (c) do Wilson é casado em regime de separação absoluta de bens;
- III. estão devidamente autorizados e obtiveram todas as autorizações, inclusive, conforme aplicável, legais, societárias, regulatórias e de terceiros, necessárias à celebração desta Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária de que são parte e ao cumprimento de todas as obrigações aqui e ali previstas e à realização da Emissão e da Oferta, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais, societários, regulatórios e de terceiros necessários para tanto;
- IV. os representantes legais da Companhia e dos Garantidores que assinam esta Escritura de Emissão e o Contrato de Cessão Fiduciária de que são parte têm, conforme o caso, poderes societários e/ou delegados para assumir, em nome da Companhia ou dos Garantidores Pessoas Jurídicas, conforme o caso, as obrigações aqui e ali previstas e, sendo mandatários, têm os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- V. esta Escritura de Emissão e o Contrato de Cessão Fiduciária de que são parte e as obrigações aqui e ali previstas constituem obrigações lícitas, válidas, vinculantes e eficazes da Companhia e dos Garantidores, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- VI. a celebração, os termos e condições desta Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária de que são parte e o cumprimento das obrigações aqui e ali previstas e a realização da Emissão e da Oferta (a) não infringem o estatuto social da Companhia ou o estatuto social ou o contrato social de qualquer dos Garantidores; (b) não infringem qualquer contrato ou instrumento do qual a Companhia e/ou qualquer dos Garantidores seja parte e/ou pelo qual qualquer de seus respectivos ativos esteja sujeito; (c) não resultarão em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer contrato ou instrumento do qual a Companhia e/ou qualquer dos Garantidores seja parte e/ou pelo qual qualquer de seus respectivos ativos esteja sujeito; ou (ii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (d) não resultarão na criação de qualquer Ônus sobre qualquer ativo da Companhia e/ou de qualquer dos Garantidores, exceto pela Cessão Fiduciária; (e) não infringem qualquer disposição legal ou regulamentar a que a Companhia e/ou

[Handwritten signature]



[Handwritten signature]

de qualquer dos Garantidores e/ou qualquer de seus respectivos ativos esteja sujeito; e (f) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Companhia e/ou qualquer dos Garantidores e/ou qualquer de seus respectivos ativos;

- VII. estão adimplentes com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária, e não ocorreu e não existe, na presente data, qualquer Evento de Inadimplemento;
- VIII. têm plena ciência e concordam integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, e a forma de cálculo da Remuneração foi acordada por livre vontade da Companhia e dos Garantidores, em observância ao princípio da boa-fé;
- IX. as informações prestadas por ocasião da Oferta são verdadeiras, consistentes, precisas, completas, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- X. os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas são verdadeiros, consistentes, precisos, completos, corretos e suficientes, estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre as Debêntures;
- XI. não omitiu nenhum fato relevante, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial de sua situação econômico-financeira ou jurídica em prejuízo dos Investidores Qualificados nas Debêntures;
- XII. as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010, 2011 e 2012 representam corretamente a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia naquelas datas e para aqueles períodos e foram devidamente elaboradas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
- XIII. estão, assim como as Controladas, cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou instâncias judiciais aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aqueles questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;
- XIV. estão, assim como as Controladas, cumprindo rigorosamente a Legislação Socioambiental;

- XV. mantêm todos seus respectivos bens relevantes adequadamente segurados, conforme práticas usualmente adotadas pela Companhia;
- XVI. mantêm um sistema de controle interno de contabilidade suficiente para garantir que (a) as operações sejam executadas de acordo com as autorizações gerais e específicas de sua administração; e (b) as operações sejam registradas, conforme necessário, para permitir a elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas em sua jurisdição, e para manter contabilidade de seus ativos;
- XVII. estão, assim como as Controladas, em dia com o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não possa causar um Efeito Adverso Relevante;
- XVIII. possuem, assim como as Controladas, válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as licenças, concessões, autorizações, permissões e alvarás, inclusive ambientais, aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aquelas cuja ausência não possa causar um Efeito Adverso Relevante;
- XIX. inexistem, inclusive em relação às Controladas, (a) descumprimento de qualquer disposição contratual relevante, legal ou de qualquer outra ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (b) qualquer processo, judicial, administrativo ou arbitral, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental, em qualquer dos casos deste inciso, (i) que possa causar um Efeito Adverso Relevante; ou (ii) visando a anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar esta Escritura de Emissão e/ou o Contrato de Cessão Fiduciária; e
- XX. não há qualquer ligação entre a Companhia ou qualquer dos Garantidores e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções.
- 10.2 A Companhia e os Garantidores, de forma solidária, irrevogável e irrevocabel, se obrigam a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) diretamente incorridos e comprovados pelos Debenturistas e/ou pelo Agente Fiduciário em razão da falsidade e/ou incorreção de qualquer das declarações prestadas nos termos da Cláusula 10.1 acima.

10.3 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 10.2 acima, a Companhia e os Garantidores obrigam-se a notificar, na mesma data em que tomar conhecimento, o Agente Fiduciário caso qualquer das declarações prestadas nos termos da Cláusula 10.1 acima seja falsa e/ou incorreta na data em que foi prestada.

11. DESPESAS

11.1 Correrão por conta da Companhia e dos Garantidores todos os custos incorridos com a Oferta ou com a estruturação, emissão, registro e execução das Debêntures, da Fiança e da Cessão Fiduciária, incluindo publicações, inscrições, registros, contratação do Agente Fiduciário, do Escriturador, do Banco Liquidante, do Banco Centralizador, do Auditor Independente e dos demais prestadores de serviços, e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures, à Fiança e/ou à Cessão Fiduciária.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 As obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão têm caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores, a qualquer título, ao seu integral cumprimento.

12.2 Qualquer alteração a esta Escritura de Emissão somente será considerada válida se formalizada por escrito, em instrumento próprio assinado por todas as partes.

12.3 A invalidade ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura de Emissão não afetará as demais, que permanecerão válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas.

12.4 Qualquer tolerância, exercício parcial ou concessão entre as partes será sempre considerado mera liberalidade, e não configurará renúncia ou perda de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos (inclusive de mandato), nem implicará novação, alteração, transigência, remissão, modificação ou redução dos direitos e obrigações daqui decorrentes.

12.5 As partes reconhecem esta Escritura de Emissão e as Debêntures como títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil.

12.6 Para os fins desta Escritura de Emissão, as partes poderão, a seu critério exclusivo, requerer a execução específica das obrigações aqui assumidas, nos termos dos artigos 461, 461-A, 621, 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das

obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão.

13. LEI DE REGÊNCIA

13.1 Esta Escritura de Emissão é regida pelas leis da República Federativa do Brasil.

14. FORO


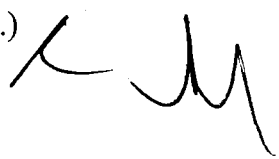
14.1 Fica eleito o foro da Comarca da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

Estando assim certas e ajustadas, as partes, obrigando-se por si e sucessores, firmam esta Escritura de Emissão em 10 (dez) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas abaixo identificadas, que também a assinam.

São Paulo, 5 de setembro de 2013.

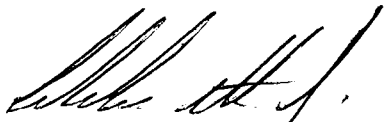
(As assinaturas seguem nas 5 (cinco) páginas seguintes.)


(Restante desta página intencionalmente deixado em branco.)



Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Primeira Emissão de WRR Participações e Investimentos S.A., celebrado em 5 de setembro de 2013, entre WRR Participações e Investimentos S.A., Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., Easy Car Locação de Veículos S.A., Elfe Óleo e Gás Operação e Manutenção S.A., Hope Recursos Humanos S.A., Hopevig Vigilância e Segurança Ltda, TMS – Trade Marketing Solutions Ltda., Raúl Andrés Ortúzar Ramírez, Rogério Penha da Silva, Ligia Cantisani de Oliveira Lima e Silva e Wilson da Costa Ritto Filho – Página de Assinaturas 1/5.

WRR PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.


Nome: **Wilson da Costa Ritto Filho**
Cargo: **Administrador**


Nome: **Raúl Ortúzar**
Cargo: **Diretor Executivo**







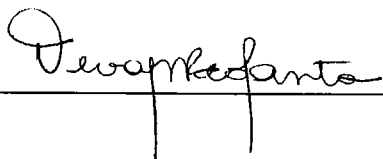


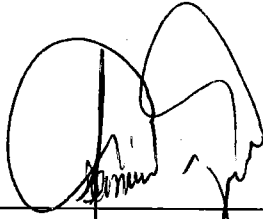

12 SET. 2013

DR. JOSÉ A. MICHALUAT - OFICIAL
R. XV de Novembro, 184 - 6º And.-F.:3377-7677

Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Primeira Emissão de WRR Participações e Investimentos S.A., celebrado em 5 de setembro de 2013, entre WRR Participações e Investimentos S.A., Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., Easy Car Locação de Veículos S.A., Elfe Óleo e Gás Operação e Manutenção S.A., Hope Recursos Humanos S.A., Hopevig Vigilância e Segurança Ltda., TMS – Trade Marketing Solutions Ltda., Raúl Andrés Ortúzar Ramírez, Rogério Penha da Silva, Ligia Cantisani de Oliveira Lima e Silva e Wilson da Costa Ritto Filho – Página de Assinaturas 2/5.

PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.


Nome: _____
Cargo: _____
Viviane Rodrigues
Diretora


Nome: _____
Cargo: _____
Flávio D. Aguetoni
Procurador

20 notário
Jeremias

Rua Joaquim Floriano, 889 - Itaim Bibi
São Paulo - SP - cep 04534-013 - fone: 11 3078-1836

ANDRÉ RIBEIRO JEREMIAS
tabelião

Reconheço por semelhança as firmas de: (1) VIVIANE APARECIDA RODRIGUES AFONSO
e (1) FLÁVIO DANIEL AGUETONI, em documento com valor econômico, da fé.
São Paulo, 11 de setembro de 2013.

Em Teste X da verdade. Cód. 1-122194121-165732426620-1836

SUELLEN SOUZA VALADAO DOS RAMOS - Escrevente Autorizada (Ata 2, total R\$ 13,00)

Selo(s): 2 Atos: 1077AA-472653

O Presente ato somente é válido com selo de Autenticidade.



12 SET. 2013

DR. JOSÉ A. MICHALUAT - OFICIAL
R. XV de Novembro, 184 - 6º And.-F.:3377-7677

Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Primeira Emissão de WRR Participações e Investimentos S.A., celebrado em 5 de setembro de 2013, entre WRR Participações e Investimentos S.A., Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., Easy Car Locação de Veículos S.A., Elfe Óleo e Gás Operação e Manutenção S.A., Hope Recursos Humanos S.A., Hopevig Vigilância e Segurança Ltda., TMS - Trade Marketing Solutions Ltda., Raúl Andrés Ortúzar Ramírez, Rogério Penha da Silva, Ligia Cantisani de Oliveira Lima e Silva e Wilson da Costa Ritto Filho - Página de Assinaturas 3/5.

EASY CAR LOCAÇÃO DE VEÍCULOS S.A.

Nome: Rogério Silva
Cargo: Diretor Executivo

Nome: Raúl Ortúzar
Cargo: Diretor Executivo

Wilson da Costa Ritto Filho
Administrador

ELFE ÓLEO E GÁS OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO S.A.

Nome: Rogério Silva
Cargo: Diretor Executivo

Nome: Raúl Ortúzar
Cargo: Diretor Executivo

Wilson da Costa Ritto Filho
Administrador

HOPE RECURSOS HUMANOS S.A.

Nome: Rogério Silva
Cargo: Diretor Executivo

Nome: Raúl Ortúzar
Cargo: Diretor Executivo

Wilson da Costa Ritto Filho
Administrador

HOPEVIG VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA.

Nome: Rogério Silva
Cargo: Diretor Executivo

Nome: Raúl Ortúzar
Cargo: Diretor Executivo

Wilson da Costa Ritto Filho
Administrador

TMS - TRADE MARKETING SOLUTIONS LTDA.

Nome: Rogério Silva
Cargo: Diretor Executivo


Nome: Raúl Ortúzar
Cargo: Diretor Executivo

Wilson da Costa Ritto Filho
Administrador

12 SET. 2013


DR. JOSÉ A. MICHALUAT - OFICIAL
R. XV de Novembro, 184 - 6º And.-F.:3377-7677

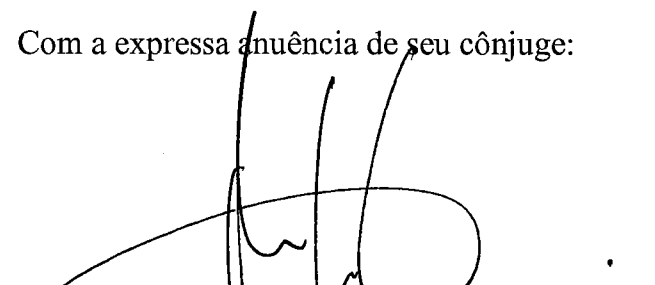
Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Primeira Emissão de WRR Participações e Investimentos S.A., celebrado em 5 de setembro de 2013, entre WRR Participações e Investimentos S.A., Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., Easy Car Locação de Veículos S.A., Elfe Óleo e Gás Operação e Manutenção S.A., Hope Recursos Humanos S.A., Hopevig Vigilância e Segurança Ltda., TMS – Trade Marketing Solutions Ltda., Raúl Andrés Ortúzar Ramírez, Rogério Penha da Silva, Ligia Cantisani de Oliveira Lima e Silva e Wilson da Costa Ritto Filho – Página de Assinaturas 4/5.



RAÚL ANDRÉS ORTÚZAR RAMÍREZ

Com a expressa anuência de seu cônjuge:



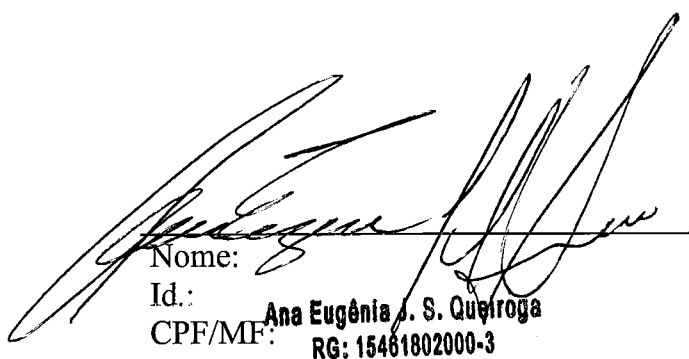
ROGÉRIO PENHA DA SILVA

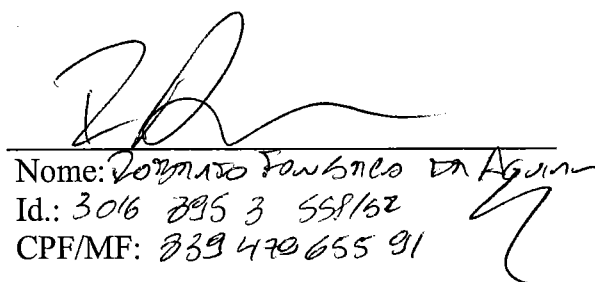
LIGIA CANTISANI DE OLIVEIRA LIMA E SILVA


WILSON DA COSTA RITTO FILHO

Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Primeira Emissão de WRR Participações e Investimentos S.A., celebrado em 5 de setembro de 2013, entre WRR Participações e Investimentos S.A., Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., Easy Car Locação de Veículos S.A., Elfe Óleo e Gás Operação e Manutenção S.A., Hope Recursos Humanos S.A., Hopevig Vigilância e Segurança Ltda., TMS – Trade Marketing Solutions Ltda., Raúl Andrés Ortúzar Ramírez, Rogério Penha da Silva, Ligia Cantisani de Oliveira Lima e Silva e Wilson da Costa Ritto Filho – Página de Assinaturas 5/5.

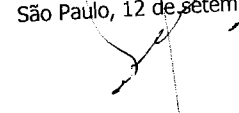
Testemunhas:


Nome: Ana Eugênia J. S. Queiroga
Id.:
CPF/MF: RG: 15461802000-3


Nome: Rogério Penha da Silva
Id.: 3016 895 3 558/62
CPF/MF: 339 470 655 91


7º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e
Civil de Pessoa Jurídica da Capital - CNPJ: 53.452.256/0001-04
Rua XV de Novembro, 184 - 6º andar - cj. 604 - Centro - CEP. 01013-000 - São P
Emol. R\$ 7.829,02
Estado R\$ 2.225,10
Ipesp R\$ 1.648,22
R. Civil R\$ 412,05
T. Justiça R\$ 412,05
Total R\$ 12.526,44
Selos e taxas
Recolhidos
p/verba

Protocolado e prenotado sob o n. **1.858.938** em
12/09/2013 e registrado, hoje, em microfilme
sob o n. **1.858.938**, em títulos e documentos.
São Paulo, 12 de setembro de 2013


José Antônio Michaluart - Oficial

12 SET. 2013

DR. JOSÉ A. MICHALUAT - OFICIAL
R. XV de Novembro, 184 - 6º And.-F.:3377-7677INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DE EMISSÃO PÚBLICA DE
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA PRIMEIRA EMISSÃO DE
WRR PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.ANEXO I – LISTA DE DÍVIDAS A SEREM QUITADAS

Credor	Devedor	Tipo de Operação	Número da Operação	Data da Operação
Banco do Brasil S.A.	Hope	Conta Garantida	343900721	13.10.08
Banco do Brasil S.A.	Hope	Contrato BB Capital de Giro	176901602	4.6.12
Banco do Brasil S.A.	Hope	Contrato BB Capital de Giro	176901625	24.8.12
Banco do Brasil S.A.	Hope	Contrato BB Capital de Giro	176901723	19.6.13
Banco do Brasil S.A.	Hope	Contrato BB Capital de Giro	176901740	22.8.13
Banco do Brasil S.A.	Hope	Contrato BB Capital de Giro	-	Prevista para 6.9.13
Banco do Brasil S.A.	Elfe	Contrato BB Capital de Giro	176901518	31.10.11
Banco do Brasil S.A.	Elfe	Contrato BB Capital de Giro	176901575	24.4.12
Banco do Brasil S.A.	Hopevig	Contrato BB Capital de Giro	343900722	13.10.08
Banco do Brasil S.A.	Hopevig	Contrato BB Capital de Giro	176901566	29.3.12
Banco do Brasil S.A.	Hopevig	Contrato BB Capital de Giro	176901582	4.5.12
HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo	Hope	Capital de Giro	4240748461/020	3.2.12
HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo	Hope	Capital de Giro	4240775884/020	28.9.12
HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo	Hope	Capital de Giro	4240779910/020	14.11.12
HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo	Easy Car	Capital de Giro	4240745802/020	29.12.11
Banco Itaú BBA S.A.	Elfe	CCB Giro	100112050004300	07.5.12
Banco Itaú BBA S.A.	Elfe	CCB Giro	100112060007200	18.6.12
Banco Itaú BBA S.A.	Elfe	CCB Giro	100112090005301	22.3.13
Banco Itaú BBA S.A.	Elfe	CCB Giro	100112040003600	5.4.12
Banco Itaú BBA S.A.	Elfe	CCB Giro	101112070009001	15.8.12
Banco Itaú BBA S.A.	Elfe	CCB Giro	100111090005100	6.9.11
Banco Itaú BBA S.A.	Elfe	Capital de Giro	100111100010100	19.10.11
Banco Itaú BBA S.A.	Hope	CCB Giro	101112050005901	12.6.13
Banco Itaú BBA S.A.	Elfe	CCB Giro	101112120005100	17.6.13
Itaú Unibanco S.A.	Solviantech Desenvolvimento de Sistemas Ltda.	Conta Garantida LIS	000044500806946	15.8.13
Itaú Unibanco S.A.	Easy Car	Conta Garantida LIS	000048800607367	28.7.13
Itaú Unibanco S.A.	Easy Car	Conta Garantida LIS	000048800006818	24.6.13
Itaú Unibanco S.A.	Hopevig	Conta Garantida LIS	000048800539511	10.8.13
Itaú Unibanco S.A.	Hopevig	Conta Garantida LIS	000048800006701	24.6.13
Itaú Unibanco S.A.	Hope	Conta Garantida LIS	000048800572777	28.7.13
Itaú Unibanco S.A.	Hope	Conta Garantida LIS	000048800009150	1.7.13
Itaú Unibanco S.A.	TMS	Conta Garantida LIS	000048800008749	17.8.13
Itaú Unibanco S.A.	TMS	Conta Garantida LIS	000048800009085	1.7.13
Itaú Unibanco S.A.	Elfe	Conta Garantida LIS	000618000017532	02.8.13
Itaú Unibanco S.A.	Elfe	Conta Garantida LIS	000618000147792	24.6.13
Banco Bradesco S.A.	Hope	Capital de Giro	4677254	16.5.11

